



Caderno de Literatura

Porto Alegre - Dezembro 2004 - Ano VIII - nº 12

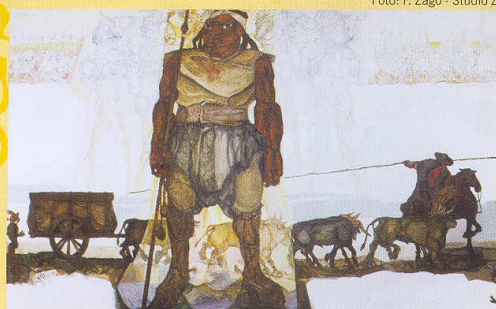


Foto: F. Zago - Studio Z

Clébio Sória, Pintura Mural, Acervo Cultural do CREA, Porto Alegre - RS.

Clébio Guillon Sória

Natural de Bagé, onde nasceu a 07 de outubro de 1934, Clébio Sória cursou Artes Plásticas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, antes de tornar-se o artista plástico dedicado principalmente à pintura mural. Recebeu diversas premiações e realizou inúmeras exposições individuais e coletivas. Até sua morte, em 27 de junho de 1989, Sória desenvolveu uma temática mística, regional e sensual que fez sua obra conhecida e admirada. Seus estudos bíblicos e do épico gaúcho ocuparam o maior espaço em suas criações. Atualmente, os murais de Clébio Sória estão definitivamente incorporados à cidade de Porto Alegre.

Caderno de Literatura

Fundado em 13 de junho de 1996.

Presidente da AJURIS

Carlos Rafael dos Santos Júnior

Vice-Presidente Cultural

Ricardo Pippi Schmidt

Diretor do Departamento de Cultura

Jorge Adelar Finatto

Conselho Editorial

Antonio Guilherme Tanger Jardim

Carlos Saldanha Legendre

Jorge Adelar Finatto

José Carlos Laitano

Paulo Porcella

Jornalista Responsável

Carlos Alberto de Souza – 4994 DRT-RS

Revisão

Niamara Pessoa Ribeiro

Assistente Editorial

Fernanda B. Rodrigues

Projeto Gráfico

Karin Kazmierczak

Pré-impressão e Impressão

Gráfica Editora Pallotti

AJURIS

Rua Celeste Gobbato, 81 – 4º andar

Porto Alegre – RS – CEP 90110-160

Fone: (51) 3284.9100 – Fax: 3224.6844

E-mail: ajuris@ajuris.org.br

Tiragem: 25.000 exemplares

Distribuição gratuita

Apoio: Banco do Estado do Rio Grande do Sul

O Caderno de Literatura não é vendido, e todas as colaborações são feitas a título gratuito. É distribuído aos magistrados brasileiros e portugueses, a escolas, universidades, agentes e entidades culturais do Brasil e de diversos países. A memória cultural é nosso assunto.

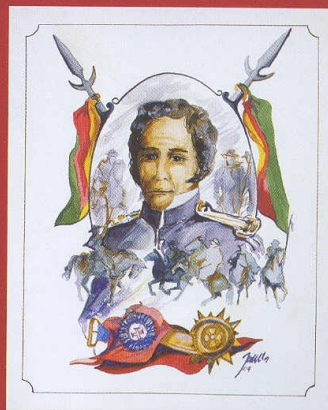
Caderno de Literatura

Dezembro 2004

05 *O mosaico da cultura gaúcha*
Carlos Rafael dos Santos Júnior

06 *Correio*

07 *O moinho do tempo e a esperança*
Jorge Adelar Finatto



09 *Revolução Farroupilha, memória e história*
Sandra Jatahy Pesavento

11 *A Maçonaria e a Revolução Farroupilha*
Antonio Augusto Fagundes

13 *Escravos e Guerra dos Farrapos*
Tupinambá Miguel Castro do Nascimento

autores e livros

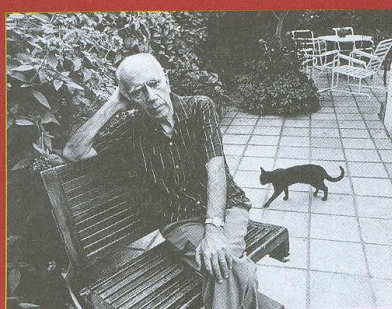
15 *Escrita feminina: existe?*
Valesca de Assis

16 *Sobre Erico*
Sergius Gonzaga

18 *Um parnasiano gaúcho*
Helena Jobim

20 *Dyonelio Machado: na ambigüidade, o mimético*
Cecília Teixeira de Oliveira Zokner

23 *Os varões assinalados*
Leticia Wierzchowski



Erico Verissimo

conto

37 *Os generais farroupilhas*
Newton Fabrício

39 *Um moinho de vento na Praça da Matriz*
Sérgio da Costa Franco

40 *O cofre*
Afif Jorge Simões Neto

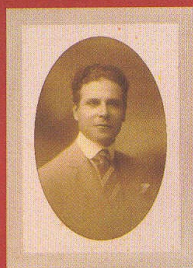
41 *Crônica de Sôfia*
José Augusto Lindgren Alves

44 *Quando cai a neve no Brasil*
Paulo Ribeiro

45 *A valsa das aleluias*
Clarice Dall'Agnol Casado

46 *O sorriso de minha mãe*
Ilton Carlos Dellandréa

crônicas



Jorge Jobim

Museu, Malagoli e o humanismo didático
Francisco Marshall 24

O ponto de uma outra vista
Helenice Mendonça Porcella 24

O cinquentenário do MARGS
Paulo César Brasil do Amaral 25

Um juiz brasileiro: Weber Martins Batista
Sylvio Baptista Neto 26

A mensagem dos excluídos
João Ricardo dos Santos Costa 28

Um negro na Suprema Corte
Adauto Suannes 29

O Jararaca (ou "Começos")
Juracy Vilela de Sousa 30

Guerras, sonhos, poesia
Milton dos Santos Martins 32

33 *A história que o livro não conta*
Billy Blanco

34 *Populário Musical no Sul
(Primeira Metade do Século XX)*
Irineu Mariani

47 *Convite à Valsa*
Templário
Gênesis
Contracéu
Jauro Duarte Gehlen

48 *Caminhos de Portugal I - Entre o Tejo
e a Estremadura*
Ricardo Pippi Schmidt

49 *Cantata do amor sem pejo*
Pomba de dezembro
Testamento
Carlos Saldanha Legendre

poemas

galeria

artigos

música



Sem título, 2003. Obra de Armando Gonzalez. Técnica mista.

O mosaico da cultura gaúcha

Carlos Rafael dos Santos Júnior

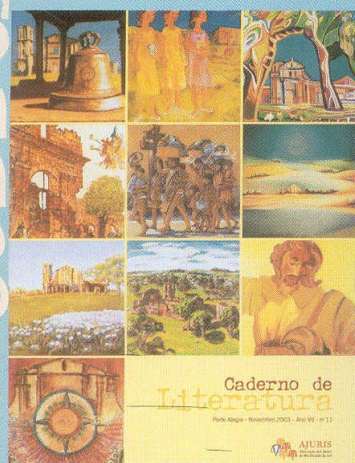
A AJURIS apresenta, neste final do ano de 2004, a décima segunda edição de seu *Caderno de Literatura*, tradicional publicação cultural da entidade, cuja qualidade é conhecida por seus associados, pela crítica literária e pela sociedade gaúcha, brasileira e portuguesa, pois sua distribuição já vem de vencer o Atlântico.

Em delicado momento político e institucional vivido pela Nação brasileira, incursiona oportunamente pela história da cultura do Rio Grande do Sul, Estado cujos costumes, bafejados por significativos movimentos de imigração, refletem a diversidade decorrente do entrelaço do povo indígena com o europeu, merecendo referência a chegada dos Portugueses e o ingresso de Italianos, Alemães, Poloneses e muitos outros que vieram ao novo mundo buscar a realização de seus sonhos de prosperidade. O verdadeiro mosaico cultural da formação da nossa gente resultou no povo do Rio Grande do Sul, hospitaleiro, respeitoso e gentil, mas ao mesmo tempo de desassombrada altivez, galhardia e profundo amor à liberdade e seus valores.

Por isso mesmo, com orgulho de ser brasileiro, com a têmpera amalgamada da diversidade cultural que lhe deu origem, o gaúcho jamais hesitou em lutar por aquilo em que acredita, com sacrifício pessoal se necessário, na busca do que entende ser de seu direito ou melhor para seus concidadãos. O episódio da Revolução Farroupilha, há 169 anos, talvez seja o mais veemente exemplo e demonstração da verve do habitante desta antiga Província de São Pedro.

A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul tem a alma do Rio Grande. Consciente da gravidade do momento, vem lutando, com todas as armas, em defesa do Estado Democrático de Direito e de seus principais valores insculpidos pelo constituinte em nossa Carta Magna chamada "cidadã": a autonomia dos Estados, a preservação do Pacto Federativo, a independência do Judiciário, a liberdade de manifestação, a imprensa livre. E temos absoluta certeza de lutarmos o bom combate. Para a magistratura e a sociedade gaúcha, sem dúvida, mas principalmente para a construção da Nação brasileira com que todos sonhamos.

Carlos Rafael dos Santos Júnior é Presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul. Desembargador - RS.



Ressalto a importância do tema escolhido, as Missões, sobre o qual nos debruçamos encantados e surpresos com detalhes históricos desconhecidos da maior parte dos brasileiros. Os textos e reproduções estão excelentes, revelando o apuro, o bom gosto e a sensibilidade de quem os assina.

Maria do Socorro Duarte da Silva
Juíza do Trabalho Aposentada – RJ

Estendo meus cumprimentos ao departamento cultural dessa honrosa Associação de Magistrados, pelo lançamento da significativa obra *Caderno de Literatura*, cujos excelentes temas e ilustres Autores mencionados já permitem identificar o quão enriquecedor será para os distintos leitores. Na oportunidade, retribuo os votos de prosperidade para o ano que se inicia, com as minhas mais cordiais saudações.

Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa
Vitória – ES

De aprazível leitura, a par da deslumbrante impressão, estamos entregues ao deleite do seu contexto, do histórico, contos, revivências de valores culturais, ao encantamento poético.

Gratíssimos estamos e na perspectiva de futuras edições.

Com apreço e admiração aos caríssimos colegas da AJURIS, agradeço, o

Ellis Hermidio Figueira
Rio de Janeiro – RJ

Agradeço o recebimento do novo *Caderno de Literatura*, enfocando como tema principal As Missões.

É uma publicação que mostra a preocupação dos magistrados gaúchos com as coisas do espírito.

Renato J. C. Pacheco
Magistrado aposentado – Vitória – ES

Aplaudo e agradeço a doação da 11ª edição do *Caderno de Literatura* da AJURIS. O exemplar enviado agrada aos nossos olhos, refresca a memória e acaricia a veia poética que todos devíamos ter. Cordialmente,

Arnaldo Sussekind
Rio de Janeiro – RJ

Agradeço-lhes, penhorado, pelo *Caderno de Literatura* dessa Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, primoroso como sempre. Censurável somente a modéstia da denominação "caderno" para notável florilégio de cultura e bom gosto.

Com votos de crescente sucesso, se possível, com estima e apreço,

Desembargador Alyrio Cavallieri
Rio de Janeiro – RJ

Tenho em mãos o *Caderno de Literatura* editado por essa AJURIS, impecável em sua apresentação e em seu conteúdo.

Agradeço, desejando um 2004 próspero em saúde e continuado sucesso, extensivo aos demais membros da Associação. Cordial e afetuoso abraço do

Maurício Corrêa
Ministro do
Supremo Tribunal Federal

Agradeço sinceramente o recebimento da edição de novembro 2003 do *Caderno de Literatura* dessa admirável AJURIS, cujo trabalho de divulgação da cultura local a distingue das demais associações. O belo trabalho editorial e seu rico conteúdo proporcionam momentos de singular satisfação. Anseio pela próxima edição.

Manoel Medeiros Soares de Sousa
Juiz do Trabalho – Natal – RN

Acuso o recebimento da revista *Caderno de Literatura* de novembro de 2003, a qual será de grande utilidade para o Setor Cultural desta Embaixada.

Ao agradecer a remessa do material, aproveito a oportunidade para renovar os protestos de minha estima e consideração, desejando felicidades para 2004.

Johanna Vargas Cordero
Encarregada do Setor Cultural
Embaixada do Brasil em São José

Agradeço-lhes o excelente presente natalino que me mandaram, o *Caderno de Literatura* nº 11. É um trabalho extraordinário, quer na apresentação gráfica, com belas fotos de paisagens e monumentos que lembram a saga gaúcha, quer no labor intelectual.

Parabenizo a todos que colaboraram na confecção desse excelente trabalho.

Antônio Lantyer Nonato Marques
Juiz do Trabalho aposentado
Salvador – BA

Sou professora de Literatura Infantil I e II da PUC/Minas e tive a alegria de conhecer, por intermédio do Banco do Brasil, o nº 9, ano V, do *Caderno de Literatura* da AJURIS.

Considereei os temas abordados de grande interesse para o meu trabalho. Aliás, fiquei emocionada ao ler o artigo sobre Mario Quintana – que foi o objeto de estudo da minha dissertação de Mestrado, intitulada "Voz de criança na lírica de Mario Quintana".

Agradeço a atenção, esperando ser merecedora do envio dos números que puderem disponibilizar para mim e meus alunos, que, certamente, vão adorar conhecer os artigos por meio dos trabalhos em sala de aula.

Neusa Sorrenti
Belo Horizonte – MG

Venho agradecer ao eminente Presidente Des. Flôres de Camargo e ao ilustrado Diretor do Departamento de Cultura da AJURIS, Dr. Jorge Finatto, a remessa do *Caderno de Literatura*, publicação excelente, valorizada pelo alto nível da produção gráfica. A AJURIS bem demonstra por que tanto se destaca entre as suas congêneres. Cordialmente,

Norberto Ungaretti
Desembargador aposentado do
Tribunal de Justiça de Santa Catarina

O moinho do tempo e a esperança

Jorge Adelar Finatto



O homem, nascido de mulher, é de vida curta e está empanturrado de agitação. Como a flor, ele brota e é cortado. E foge como a sombra e não permanece em existência.

Jó, 14: 1 e 2

O tempo de estar no mundo é breve.
O moinho dos dias gira pesado em nossas vidas.
Em certos momentos, desistimos da esperança.
Noutros, brilha a estrela azul, iluminando o caminho.
Nada nunca está completo.
Nenhuma vida é suficiente.
O transitório é nossa medida.
Somos a névoa que passa e não volta.
De que vale a luta obscura pelo poder?
A indiferença ao sofrimento do outro é morte declarada.
A ruptura de regras essenciais de convivência transformou o mundo num lugar sufocante.
A lógica inaceitável da violência invadiu o cotidiano.
Em nosso país, o inventário dos mortos, mutilados, excluídos, violentados, abandonados supera a estatística de muitas guerras. Ainda está por ser feito o verdadeiro retrato do Brasil. Negar a realidade, como fazem alguns, só aumenta o fundo do poço.
Lá fora, grupos terroristas, de um lado, e países ditos democráticos, como os Estados Unidos, de outro, escolheram a matança como norma para superar diferenças.
Nenhuma idéia de tolerância, de solidariedade, de negociação, de direito internacional.
O que conta é o ódio cultivado, a hegemonia absoluta, o medo, a vingança total. Não há mais espaço para conversar.

Os corações estão secos.
E tome assassinatos, torturas, massacres, degolas, inúteis apelos de reféns desesperados. Holocausto diário, ao vivo, na televisão.
A ceifa de vidas inocentes, aqui como lá, não impressiona. Faz parte do espetáculo.
A impressão que fica é que estamos vivendo um crepúsculo planetário. Com flores de plástico medrando em casas desoladas.
Dizer que acredito no advento da primavera, neste quadro, seria exagero. Penso, contudo, que a palavra e o amor vencerão esse imenso luto. Está tudo escrito na Bíblia, livro que os poderosos esqueceram e não querem mais ler.
Espero que o leitor encontre, nesta edição do *Caderno de Literatura*, motivos para crer na capacidade da mulher e do homem de produzir beleza e harmonia. E sinta renascer no coração a esperança no meio dessa via dolorosa.

Ave, sensibilidade!

Jorge Adelar Finatto é Diretor do Departamento de Cultura da AJURIS e Editor do *Caderno de Literatura*. Juiz de Direito em Porto Alegre - RS. finatto@tj.rs.gov.br



Bento Gonçalves
Aquarela de Paulo Porcella - 2004.
Inspirado no retrato de Bento Gonçalves, do livro *O Estado do RGS* (1916) / Monte Domeq e Cia., que ilustra um dos fascículos da
História Ilustrada do Rio Grande do Sul.

Revolução Farroupilha, memória e história

Sandra Jatahy Pesavento

REVOLUÇÃO Farroupilha: dez anos de guerra contra o Império (1835 a 1845), a defesa de idéias republicanas em um Brasil monárquico, uma rebelião contra a centralização política e administrativa imposta pela Corte do Rio de Janeiro, a denúncia de um sistema tributário que favorecia os produtores concorrentes do estrangeiro na disputa do mercado nacional, a acusação de uma política de desprestígio deliberado contra os senhores de terra e gado do sul, que defendiam a fronteira e venciam as guerras contra os castelhanos, mas que não recebiam postos de comando nas batalhas. *Nós somos a estalagem do Império*, diria o General Bento Gonçalves da Silva, explicando a atitude dos rio-grandenses em revolta: o Império servia-se dos homens, cavalos e munições, requisitava o gado e não retribuía com pagamento de indenização das perdas sofridas ou com atribuição de cargos e honrarias aos chefes de guerra locais.

O contexto histórico é bem conhecido: uma província no extremo sul do Brasil, que desde os tempos da colônia, quando então era capitania, defendia a fronteira e, por seus serviços militares, gozava de uma relativa autonomia, tivera seu *modus vivendi* significativamente alterado com o advento da Regência, em 1831. A abdicação de D. Pedro I em nome de seu herdeiro, ainda criança, fizera montar ao poder, através dos regentes, a elite do centro do País, sediada no Rio de Janeiro e baseada na produção e comercialização do café. As coisas haviam, então, mudado muito para a capitania do Rio Grande de São Pedro e, para as elites sulinas, a reorientação centralizadora imposta pela Corte traduziu-se em termos de uma avaliação muito precisa dos acontecimentos: perda de autonomia, liberdades ameaçadas, desprestígio e desconsideração para com os rio-grandenses, autoritarismo do centro contra o sul. Inconformados, os rio-grandenses protestaram, pleitearam e, ante a intransigência do Império, foram às armas na célebre revolução, entre batalhas memoráveis, feitos inusitados e ações rocambolescas – os barcos arrastados por terra em demanda do mar, para conquistar Laguna e estender a República para além do Rio Grande; a espetacular fuga de Bento Gonçalves, a nado, do Forte do Mar, na Bahia, para retornar ao Rio Grande, aclamado por todos... e, no final, uma paz honrosa, sem que os farroupilhas fossem vencidos, de forma definitiva, nos campos de batalha.

Os fatos, por si só, são de molde a fazer entrar para a história aquela que foi a mais longa de todas as rebeliões regenciais, assinalando de forma marcante a presença do Rio Grande do Sul frente ao resto do Brasil. A minissérie “A casa das sete mulheres” só veio fortalecer este perfil, *glamourizando* a história e dando a ver, aos maravilhados espectadores nacionais e também gaúchos, um enredo fascinante. Ficamos mais conhecidos desde então, por que não? É preciso admitir que o produto foi de qualidade, qualidade *global*.

Outra coisa é pensar como este incidente é retido na memória de cada um “aqui do sul” e de que forma ele se tornou, verdadeiramente, não só o carro-chefe da historiografia rio-grandense, mas também um elemento decisivo para a identidade regional, trabalhado desde o 1º Grau com as crianças na escola, em processo didático de fixação de imagens e narrativas. Temos em conta que a história e a memória são ambas narrativas que presentificam uma ausência no tempo e que, se no Olimpo, Mnemósine, a memória, era a mãe das musas, entre as quais se encontrava Clio, a musa da história, hoje a situação se inverteu: desde o século XIX, é Clio que tutela a memória, atrelando à sua narrativa aquilo que foi retido na evocação e lembrança de cada um. A história faz, da memória, uma memória coletiva e trabalhada, fonte para a construção da sua fala autorizada sobre o passado.

Principiemos pelo conteúdo síntese da rebelião: o Rio Grande foi às armas em defesa de *liberdades ameaçadas* e de uma *causa justa*. *Eles*, os *outros*, os *do centro*, nos oprimiam e nós revidamos. Tentamos negociar, mas como eles não quiseram, reagimos a demonstrar hombridade, valor, coragem, em defesa de princípios. Todos estes são elementos de inegável positividade para a construção de um perfil másculo destinado ao sucesso: gaúcho como sinônimo de coragem, de honra, de defesa da liberdade. Sim, pois se toda a identidade é uma construção simbólica de sentido, dotada de coesão social e que leva ao desejo de pertencimento, o endosso deste perfil identitário se baseia em elementos dotados de alta carga de positividade. E, no caso em pauta, não há como não reconhecer que a identidade gaúcha é um sucesso e que tem um modelo muito claro para “espelhar-se”: a grande Revolução Farroupilha. Não se trata,

está visto, de desfazer a imagem construída e de afirmar o contrário: a Revolução Farroupilha não foi nada disso, as causas foram outras, não houve bravura, etc., etc. Trata-se, antes, de ver como o imaginário trabalha um acontecimento e dele resgata os elementos de adesão necessários para a formação de uma comunidade simbólica. A forma como o processo histórico acontecido é contado, explicado, é sempre uma reinvenção do mesmo, para aqueles que ouvem e lêem o que se passou lá atrás, por fora do tempo do vivido, quando ninguém estava presente.

Tomemos o exemplo do herói. Ora, o que é o herói? É alguém que, por gestos, palavras e obras, encarna valores dotados de positividade e que arrisca a própria vida para defendê-los. Podemos até dizer que o herói seria o *homem do momento*, aquele que é capaz de interpretar as necessidades e anseios de uma coletividade e, por condições pessoais e conjunturais, parte na defesa do coletivo. O herói pode ser injustiçado pela sua época, mas é sempre aquele que será depois reconhecido pela história... E Bento Gonçalves, no caso, cumpre este papel. Pois bem, uma história positivada, que busque ficar na memória de cada um, se apóia em heróis, porque tais figuras são claramente identificáveis, encarnando idéias e valores a cultivar.

Aliás, nossa Revolução tem até galãs, que por definição são aqueles que seduzem e que podem, ou não, ser ameaça aos bons costumes, à moral. Notem bem que o galã de nossa Revolução Farroupilha, Giuseppe Garibaldi, tem sempre minimizado na historiografia tradicional o fato de a bela Anita ser casada. O que se acentua é o traço romanesco de seu amor e o fato de ele ser o herói dos dois mundos!

Passemos a um outro ponto, de extrema significação: a longa duração da guerra. Uma vez que o único porto de mar, Rio Grande, sempre esteve em poder dos legalistas, foi através do contrabando do charque gaúcho, pelo porto de Montevideu, acompanhado de *guias falsas*, que atestavam ser uruguaio, que os farrapos continuaram a exportar seu produto para o mercado brasileiro. Daí saía o sustento da guerra, em armas, munição, reposição de cavalos. Entretanto, o que a história e a memória celebram é somente a bravura inata, visceral dos rio-grandenses, e não as suas estratégias bem-sucedidas de sobrevivência. Repetimos: essas considerações não negam o valor farrapo nem a sua habilidade e coragem nas batalhas, mas sim aqueles elementos que merecem ficar na lembrança, como assentes, verdadeiros.

Por último, a paz: o que resta na memória e na história

é a paz honrosa, quando os farrapos foram atendidos em suas pretensões, porque o Império reconheceu o seu valor. O incidente de Porongos – a *traição* de Porongos, teatro de um combate onde, supostamente, teria sido acertada entre Canabarro e Caxias uma derrota dos farrapos para forçar os rebeldes rio-grandenses a aceitarem pôr fim à guerra e negociarem a paz – é um fato que produz, no mínimo, um mal-estar: para que se verificasse uma derrota, alguém deveria morrer e os negros que combatiam foram os escolhidos... Incidente controvertido, eticamente problemático, ainda não resolvido satisfatoriamente pela historiografia, a questão se mistura, de forma transversa, com uma outra assertiva, deslocada historicamente do seu contexto: a de que os farrapos lutavam ou postulavam a liberdade dos escravos. Uma coisa era conceder a liberdade para aqueles negros que haviam sido engajados para lutar junto aos farrapos, outra era assumir a abolição como causa ou inscrevê-la na Constituição da República Rio-Grandense, o que não se efetivou. O que acontece, no caso em pauta, é a tentativa de atribuir aos farrapos motivações que não teriam lugar naquela época.

Mas cabe ainda uma questão a ser tratada: a das relações do Rio Grande com o centro, relação de amor e ódio, no cultivo de uma idéia antiga, que busca na gloriosa Revolução suas razões – *nós* defendemos sempre as causas justas, *eles* estão contra nós. Nós, os gaúchos, não nos subordinamos ao centro, somos na verdade um *outro centro*, somos mais politizados, nossos partidos são diferentes dos seus congêneres nacionais, etc., etc. Não há, a rigor, rio-grandense que não tenha ouvido ou dito uma afirmação semelhante ao longo da vida. E, frente a este raciocínio, a Revolução Farroupilha oferece sempre a sua exemplaridade: *atenção, Brasil, nos trate bem, senão a gente se separa, viu?*

Mas, entre memória e história, entre processo identitário, fabricado e consolidado e os fatos acontecidos, entre as falas da academia e os discursos dos políticos, passando pelos Centros de Tradições Gaúchas, espalhados pelo mundo inteiro, a Revolução Farroupilha se preserva em um lugar central no passado do Rio Grande e no imaginário social que sobre ele foi construído. E o imaginário, bem o sabemos, pode ser bem mais real que o real vivido, pois é a partir dele que nós atribuímos sentido ao mundo.

Sandra Jatahy Pesavento é Doutora em História e Professora Titular da UFRGS.

A Maçonaria e a Revolução Farroupilha

Antonio Augusto Fagundes

OS princípios básicos da Maçonaria remontam pelo menos aos tempos bíblicos. Na construção do templo de Salomão, as corporações de trabalhadores se isolavam umas das outras e não comunicavam os segredos do ofício, mas entre si havia identificação com palavras e gestos. No Alto Nilo, também, houve a Confraria de Marekhat, a Maragateria, que, com a invasão de Ibn-El-Tarik, em 711, vai chegar à província de Leon, na Espanha. De lá, com a colonização da América, os Maragatos chegam ao departamento de San José, no Uruguai, e daí, com a invasão de Gumerindo Saraiva, em 1893, os Maragatos chegam ao Rio Grande do Sul.

Os princípios gerais dos maçons (pedreiros-livres) foram consolidados em 1717, em Londres, na Inglaterra. Nascia assim a Maçonaria Monárquica, chamada Maçonaria Azul, sem a divisão de poderes, que hoje tem a continuação nas Grandes Lojas. Com a Revolução Francesa e a República separando os três poderes surgiu a necessidade de se criar uma Maçonaria Republicana, a Maçonaria Vermelha, que se representa hoje pelo Grande Oriente, que tem poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

O oficial do Exército espanhol José de San Martín (argentino, embora talvez tenha nascido em São Borja) foi iniciado na Maçonaria Vermelha em Madrid. De volta a Buenos Aires, com Carlos Alvear e outros homens que fizeram pátria na Argentina, fundou a Loggia Lautaro, que semeou triângulos e lojas maçônicas na Bacia do Rio da Prata. Próceres uruguaios, como Juan Antonio Lavalleja, prontamente responderam ao chamado de Buenos Aires e o estreito contato com o Rio Grande do Sul era facilitado pela condição maçônica dos patriotas de fala castelhana ou portuguesa. Do lado gaúcho, brasileiro, o grande nome vai ser Bento Gonçalves da Silva, que findara a Guerra da Cisplatina, onde entrara como soldado e saíra como Coronel de Estado-Mor, ou seja, não um simples oficial de milícias, mas um oficial superior de primeira linha. Bento Gonçalves vai alcançar o Grau 33 da Maçonaria e tinha credenciais (hoje expostas no Museu Júlio de Castilhos) para autorizar triângulos e lojas.

Com o fim da Guerra da Cisplatina, o Rio Grande do Sul era um caldeirão fervente onde se debatiam (às vezes com violência física) conservadores e liberais. Curiosamente, porém, ambos se irmanavam no segredo dos Templos Maçônicos. Ali se debatiam os acontecimentos políticos mais recentes, mas o rígido sigilo das sessões secretas impedia que transpirasse qualquer coisa. Houve um momento em que Dona Ana de Lavalleja, mulher do caudilho uruguiaio Dom Antonio de Lavalleja, esteve secretamente em Porto Alegre e se hospedou em Loja Maçônica, onde mulher não entra, normalmente.

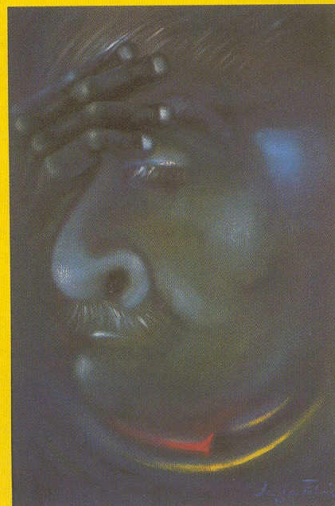
No dia 18 de setembro de 1835 acontece uma sessão no Templo Maçônico da rua da Igreja, onde é decidido o eclodir da Revolução. O Irmão venerável Bento Gonçalves da Silva, que presidiu a sessão, retirou-se para Pedras Brancas, a propriedade de Gomes Jardim à sombra do cipreste histórico, para só voltar e ingressar triunfalmente em Porto Alegre a 20 de setembro, comandando as forças farroupilhas vitoriosas.

A Maçonaria fez eclodir a Revolução Farroupilha, mas não teve nenhuma participação na Proclamação da República Rio-Grandense, a 11 de setembro de 1836. Farroupilhas republicanos como Joaquim Pedro Soares e Manoel Lucas de Oliveira e o próprio João Manoel de Lima e Silva, que era tio do Barão de Caxias, não eram maioria entre os Farrapos, mas, na euforia da vitória do Seival, convenceram Antônio de Souza Neto de que a República era mais que viável, era

urgente, até mesmo para evitar que houvesse de novo, como no Seival, tropas carregando a bandeira imperial brasileira combatendo contra tropas carregando a bandeira imperial brasileira. Já os símbolos da nova república, pelo menos a bandeira e o escudo, têm a clara inspiração maçônica e desde então a Maçonaria vai trabalhar pela paz, ela que fizera a guerra. Vai, inclusive, iniciar em loja de Pelotas o General farroupilha David Canabarro e vai facultar encontros dos maiores líderes republicanos rio-grandenses com o Barão de Caxias, que também era maçom.

Ou seja, quando entendeu que a guerra era inevitável e até necessária, a Maçonaria trabalhou pela guerra. Quando viu que a paz era o melhor caminho, trabalhou pela paz. Não é demais lembrar que, quando Bento Gonçalves foi preso na Ilha do Fanfa (Rio Jacuí - RS), a Maçonaria tratou de libertá-lo, assim como no Rio de Janeiro, onde a gordura do Pedro Boticário frustrou a fuga. Foi ainda no Rio que a Maçonaria apresentou a Bento Gonçalves da Silva o carbonário Borel, nome fictício de Giuseppe Garibaldi, trazido escondido da Itália para fugir de uma sentença de morte. Quando Bento Gonçalves é remetido pelo Império para o arquipélago de Fernando de Noronha, até o comandante do navio era maçom. Resultado: o navio "desarranjou" na Bahia e o herói gaúcho foi aprisionado no Forte de São Marcelo, onde, como católico, pediu assistência religiosa. Só que o padre que veio lhe trazer conforto espiritual era também maçom e vai tramar a fuga do gaúcho em episódio rocambolesco. Saliente-se que nessa época as relações entre a Maçonaria e a Igreja eram pouco menos que beligerantes.

Antonio Augusto Fagundes é folclorista e escritor.



Xiru.
Óleo sobre tela de Luzia Fabrício,
2001.

Foto: F. Zago - Studio Z

BALAÚSTRE Nº 67

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de 1.835 da: E.:V.: e 5.835 da V.:L.:, reunidos em sua sede, sito a Rua da Igreja, Nº 67, em um lugar Claríssimo, Forte e Terrível aos tiranos, situado debaixo da abóbada Celeste do Zenith aos 30° e 5' de Latitude da América Brasileira, ao Vale de Porto Alegre, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, nas dependências do Gabinete de Leitura onde funciona a Loj.: Mag.: Philantropia e Liberdade, com o fim de especificamente, traçarem as metas finais para o início do movimento revolucionário com que seus integrantes pretendem resgatar os brios, os direitos e a dignidade do povo Riograndense.

A sessão foi aberta pelo Ven.: Mestre Ir.: Bento Gonçalves da Silva. Registre-se, a bem da verdade, ainda as presenças dos Irs. José Mariano de Mattos, Ex.:Ven., José Gomes de Vasconcellos Jardim, Pedro Boticário, Vicente da Fontoura, Paulino da Fontoura, Antônio de Souza Neto e Domingos José de Almeida o qual serviu como Secretário e lavrou a presente ata.

Logo de início, o Ven. Mestre, depois de tecer breves considerações sobre os motivos da presente reunião, de caráter extraordinário, informou a seus pares, que o movimento estava prestes a ser desencadeado. A data escolhida é o dia 20 do corrente, isto é, depois de amanhã. Nesta data, todos nós, em nome do Rio grande do Sul, nos levantaremos em luta contra o imperialismo que reina no país.

Na ocasião, ficou acertada a tomada da Capital da Província, pelas tropas do Irs. Vasconcellos Jardim e Onofre Pires, que deverão permanecer, com seus homens, nas imediações da Ponte da Azenha, aguardando o contingente que deverá se deslocar desde a localidade de Pedras Brancas, quando avisados. Tanto Vasconcellos Jardim como Onofre, ao serem informados, responderam que estariam à postos, aguardando o momento para agir. Também se fez ouvir o nobre Vicente da Fontoura, que sugeriu o máximo cuidado, pois certamente, o Presidente Braga seria avisado do movimento. Tronco de Beneficência fez a sua circulação e rendeu a moeda cunhada de 421\$000 contados pelo Ir. Tes. Pedro Boticário.

Por proposição do Ir.: José Mariano de Mattos, o Tronco de Beneficência foi destinado à compra de uma Carta de Alforria, de um escravo de meia idade, no valor de 350\$000, proposta aceita por unanimidade.

Foi realizada uma poderosa Cadeia do União, que pela justiça e grandiosidade da causa, pois em nome do povo Riograndense lutariam pela Liberdade, Igualdade e Humanidade, pediam a força e a proteção do G.:A.:D.:U.: para todos os Irs. e seus companheiros que iriam participar das contendas.

Já eram altas horas da madrugada quando os trabalhos foram encerrados, afirmando o Ven.: Mestre que todos deveriam confiar nas LL.: do Gn.: Arq.: do Univ.: e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, do que, eu, Domingos José de Almeida, Secretário, tracei o presente Balaústre, a fim de que, a história, através dos tempos, possa registrar que um grupo de Maçons, "Homens Livres e de Bons Costumes", empenhou-se com o risco da própria vida, em restabelecer o reconhecimento dos direitos desta abençoada terra, berço de grandes homens, localizada no extremo sul de nossa querida Pátria.

Oriento de Porto Alegre, aos dezoito dias do mês de setembro de 1.835 (E.:V.:), 18º dia do sexto mês, Tirsi, da V.:L.: ano de 5.835.

Ir.: Domingos José de Almeida
Secretário



Escravos e Guerra dos Farrapos

Tupinambá Miguel Castro do Nascimento

1. Escravos Combatentes – Numericamente, a utilização de escravos nas hostes farroupilhas era importante. E nada tinha de novidade, porque, inclusive, D. Pedro I, em 1822, já criara um Batalhão de Infantaria integrado inteiramente por pretos libertos, para defesa das áreas costeiras do Brasil. Os farroupilhas com o recrutamento dos escravos tinham o exemplo nas hostes legalistas. O problema, talvez, estivesse no fato de que os escravos estariam lutando numa revolução que não era sua e só interessava aos estancieiros. Deveria se encontrar nas convocações um interesse, mesmo indireto, que aumentasse o espírito de combate dos cativos. A medida mais comum usada pelos farroupilhas era a da promessa de liberdade. Os escravos que se engajassem às forças rebeldes seriam alforriados no final da Revolução.

A novel República Rio-Grandense criou, inclusive, o Corpo de Lanceiros Negros, todos escravos comandados, normalmente, por oficial branco, que os ensinara a lutar. Em complemento, o governo revolucionário prometia aos donos dos escravos indenizá-los pela alforria, porque a

libertação dos escravos era obrigação da República. Os combatentes negros portavam, nos combates, grande carga de heroísmo. Testemunha Garibaldi, que combateu junto com Lanceiros Negros, que nenhum inimigo, em todos combates ocorridos, “tinha visto as costas desses reais filhos de liberdade” e, na batalha de Taquari, todos negros, até mesmo os oficiais superiores (Giuseppe Garibaldi, *The Life of General Garibaldi Written by Himself*, New York, 1859, págs. 86-7).

2. A Surpresa dos Porongos - A Guerra dos Farrapos estava, em 1844, chegando ao fim. O Império, através de Caxias, entabulava conversações com os revolucionários para pôr fim à luta sangrenta. O acordo se encaminhava a bom termo, mas parava diante de uma cláusula proposta pelos farrapos: “São livres, e como tais reconhecidos, todos os cativos que serviram na República”. Os legalistas não aceitavam tal cláusula. De qualquer forma, divisava-se a assinatura de paz. As escaramuças diminuiram. É quando a

Obra do artista Clébio Sória.



14 de novembro de 1844 vai ocorrer um dos episódios mais tristes da Revolução, por representar uma nódoa na história das revoluções americanas. É o episódio da chamada *Surpresa dos Porongos*, que tem duas versões.

Numa versão, embora o armistício que fazia David Canabarro, comandante de hostes farroupilhas, descrever em qualquer ataque dos legalistas, Chico Pedro, de nome Francisco Pedro de Abreu, de apelido Chico Moringue, aproveita-se da calmaria e ataca ferozmente Canabarro e seus comandados. É um ataque traiçoeiro que derrota as forças farroupilhas, com uma centena de mortos, a maioria dos Lanceiros Negros. Na outra versão, há um dado de traição que envolveria o próprio David Canabarro e Caxias, tudo para, minimizando os efeitos da cláusula que se discutia, possibilitar o fim da Revolução. Tudo não passaria de uma batalha pré-arranjada, para liquidar negros escravos, poupando farrapos brancos e índios. No final do combate, de cada cem mortos, oitenta eram negros.

Passados mais de cento e cinquenta anos do evento, difícil se não impossível é definir qual das duas, ou outra, a versão correta. No entanto, ousamos sustentar que a por último apresentada é de difícil aceitação em face dos personagens envolvidos. De um lado, pelo Império, Caxias, e de outro, pelos farrapos, David Canabarro. O episódio atribui a estes dois personagens históricos a prática de ato que envolve vários homicídios e injusto derrame de sangue humano. E aqui a dificuldade de se aceitar a versão, pelas qualidades morais portadas por Caxias, sabidamente maçom e de atuação ativa.

Conduta com tal teor de desqualificação ética não se harmoniza com um homem que sempre demonstrou ser de *bons costumes*, um homem digno. Ser militar, como Caxias era, significava aceitar guerras, mas, em qualquer hipótese, guerras limpas e com respeito humano. O ser ativo na maçonaria, conquistando paulatinamente os graus de perfeição, não garante que o homem seja um anjo; em absoluto. Certamente, no entanto, sempre se estará na frente de uma pessoa correta em suas ações.

David Canabarro também era maçom. Teve em sua vida ações equivocadas. Mas compatibilizar tais condutas com a de permitir a morte de seus comandados, de maneira tão covarde, também foge à sua biografia. Examinando todos esses aspectos negativos, nada permite concluir que ele era um sanguinário, um homem sem limites morais em suas ações. O argumento é o mesmo. Não possuía qualidades para se candidatar a santo. Ninguém ousa defender, relativamente a Canabarro, esta idéia. Mas daí dizê-lo um assassino, o mais torpe porque movido pela traição, é fazer conclusão, além de apressada, dissonante de tudo que se sabe a respeito de sua vida.

A primeira versão, ao contrário, imputa conduta também grave a Chico Moringue. Chico apresentava, por seu passado, condições pessoais apropriadas para a prática de ataques de surpresa. Nos combates, sempre assim agira (Sérgio da Costa Franco, Porto Alegre Sitiada, págs. 89/90, Editora Sulina, 2000). Nada surpreende o que fez ou outras coisas que faria. Sempre se demonstrou preparado para tanto. Fez de sua vida, militarmente respeitável, o atacar os adversários da maneira como o fez. Esta ocasião se apresentou a 14 de novembro de 1844 e ele não perdeu a oportunidade. Atacou supressivamente e com violência. Para nós, parece amplamente lógico que a primeira versão se coaduna com a maneira de agir de Chico Moringue: aproveitar a surpresa para o êxito de suas batalhas.

3. Tratado de Ponche Verde e a Cláusula 4 - A Cláusula 4 do Tratado de Paz, responsável inicialmente pela discordância do Império em aceitá-la, foi proposta pelos farroupilhas e se apóia, certamente, no pensamento dos revolucionários maçons, obedientes aos princípios de liberdade e igualdade: "São livres,

e como tais reconhecidos, todos os cativos que serviram na República". Nascia de um compromisso dos rebeldes em face de promessas exteriorizadas no momento do recrutamento dos negros escravos. Mas não deixa de ser o aproveitamento de um pretexto para cumprir uma causa que se desenhava como abolicionista. Era o cumprimento de uma promessa de campanha, mas visava à alforria.

Entre 28 de fevereiro de 1845, data da assinatura do Tratado de Paz, e o momento em que os 120 ex-escravos combatentes que restaram foram engajados na cavalaria da Província, realizou-se necessariamente o ato de libertação dos ex-escravos, porque a única exigência que se impunha na Cláusula era ter como cativo servido na República. Quanto a esta condição, não havia qualquer dúvida. Desta forma, lutar contra forças estrangeiras não era uma forma de os escravos se libertarem. Eram homens livres, visto que já libertos, que, patrioticamente, iam lutar por seu país. A opção exercida para o novo recrutamento fora a de homens livres, como para os demais soldados que partiram. Buscavam a luta porque lá é que realizavam seus sonhos de homens libertos. A busca de trabalho na área civil deveria estar dificultada.

Cento e vinte ex-escravos combatentes eram alforriados, afastando-se da suja mancha da escravidão. E, por trás de tudo, a doutrina maçônica e seus adeptos. Nenhum dado histórico existe que afaste a compreensão de que, aceitando o Império a determinação da Cláusula 4, eles não teriam sido imediatamente libertos. Pode-se até pensar que o Império não pretendia uma ampla alforria. O que foge a nosso entendimento é por que concordaria o Poder Central com a cláusula do Tratado e, ato imediato, a descumpriria, não alforriando os cativos. A falta de uma resposta lógica e pertinente confirma, a nosso entender, os atos de alforria.

4. Conclusão - Longe de se concluir que, ao se eclodir a Revolução, já havia este objetivo complementar da libertação dos escravos. A Revolução Farroupilha tinha uma finalidade: resolver os problemas que os estancieiros tinham. Não havia um pensamento de buscar nos combates a solução de todos os problemas dos moradores da província. Os estancieiros, egoisticamente, pensavam somente neles próprios. Queriam, com a Revolução, alcançar a solução de seus problemas tributários que os prejudicavam e do quadro de dificuldades econômicas que enfrentavam pelos desmandos do Império. No momento em que sentiram necessidade de combatentes para aumentar seus efetivos nas lutas é que pensaram nos negros escravos. Não para resolver os problemas dos cativos, mas para tê-los como combatentes.

A necessidade de conservá-los em seus grupos de combates é que fez gerar a idéia da promessa de libertação nos recrutamentos. Era simples negociação. As promessas significavam conceder aos escravos um interesse direto para lutar. Era uma espécie de incentivo. Ninguém estava, naquele momento, pensando na liberdade dos escravos como idéia propulsora do abolicionismo. Tanto que os mesmos que faziam promessas de libertação praticavam o escravagismo. Não havia, neste sentido, qualquer incompatibilidade. O que vai acontecer a partir de determinado momento, de difícil indicação temporal, é que os líderes maçons começaram a ver em suas promessas de libertação uma orientação maçônica de conteúdo abolicionista. E acrescentaram aos objetivos da Revolução esta idéia.

Escrita feminina: existe?

Valesca de Assis



UM colega disse que as escritoras só estariam ocupando o mesmo espaço simbólico dos escritores-homens quando fossem capazes de criar, como personagem, uma comandante cujo Airbus está em perigo.

Ao nosso companheiro do parágrafo anterior, respondo que inúmeras vezes nós, mulheres, somos perguntadas se, afinal, existe uma escrita feminina. Em existindo, no que difere substantivamente da escrita masculina, e se necessita, mesmo, de um espaço privilegiado para apresentar-se aos leitores. Então, erguemos nossas colunas do tanque e debruçamo-nos sobre o tema.

As opiniões divergem, às vezes muito, às vezes um pouquinho só.

Respondendo por mim e por minhas leituras, o que penso existir é uma dicção feminina, um tom, uma cor particular, que defini, um dia, como escrita de interiores, minuciosa na iluminação de vazios emocionais, na tentativa de explicar o entre-paredes.

As causas para isso são históricas e antropológicas: desde o tempo das cavernas, o universo das mulheres esteve circunscrito, e nessas pequenas dimensões tivemos de nos mover e explicar. Ao homem, os avanços, a caça, os perigos e as glórias,

o horizonte sem fim. A ele, é claro, as narrativas sobre o tamanho do mundo lá fora, as aventuras quase indescritíveis e o próprio sentido da existência.

O viver feminino, miúdo, precisava ser posto em palavras. Não necessariamente por mulheres, mas com a voz, a palpitação, a tonalidade íntima que é sua essência. Virgínia Woolf ansiava por apanhar o pensamento ainda quente, mal saído do forno da mente e do coração. E assim temos feito, mulheres e homens de voz feminina, em nossa busca de apresentação ao mundo, em nosso intento de significarmos alguma coisa.

Nada impede, entretanto, que a comandante de um Airbus em perigo quebre as unhas para rascar, nos céus, a rota que haverá de salvar seus passageiros, enquanto o comissário de bordo descobre que o bebê da primeira fila está chorando porque lhe doem os ouvidos. E resolvam, ambos, essas importantes questões humanas.

Escritora, autora de A valsa da Medusa, A colheita dos dias, Harmonia das esferas, Todos os meses.

Sobre Erico

Sergius Gonzaga

SE vinte e nove anos após o falecimento de Erico Verissimo, vários de seus romances ainda podem ser lidos com prazer, tanto pela efetiva problematização da existência individual e social quanto pela bem realizada elaboração formal de cunho neo-realista (*Caminhos cruzados*, *Um lugar ao sol*, *O senhor embaixador*, etc.), é verdade também que apenas uma de suas narrativas situa-se acima da média, muito acima, constituindo-se não apenas no principal texto da literatura sul-rio-grandense como no mais importante romance histórico escrito no País.

Curiosamente, *O tempo e o vento* na íntegra (edição atual de sete volumes) é das obras menos lidas do autor, o que se explica por sua extensão (duas mil e duzentas páginas)

e, talvez, porque nos livros finais – especialmente em *O arquipélago* – a celebração da saga dos estancieiros do pampa cede lugar a uma corrosiva visão da decadência de um mundo, roído em suas próprias entranhas pela dispersão familiar, pela perda da grandeza e pela corrupção dos valores éticos. Assim, aqueles leitores que reduziram a leitura da trilogia apenas a *O continente* têm diante de si a invejável possibilidade de mergulhar nos livros posteriores e encontrar um universo ficcional que lhes despertará uma poderosa e vibrátil impressão de vida, qualidade maior dos grandes romancistas.

É preciso lembrar – para quem ainda não leu a obra por inteiro – a complexa ambigüidade que envolve a

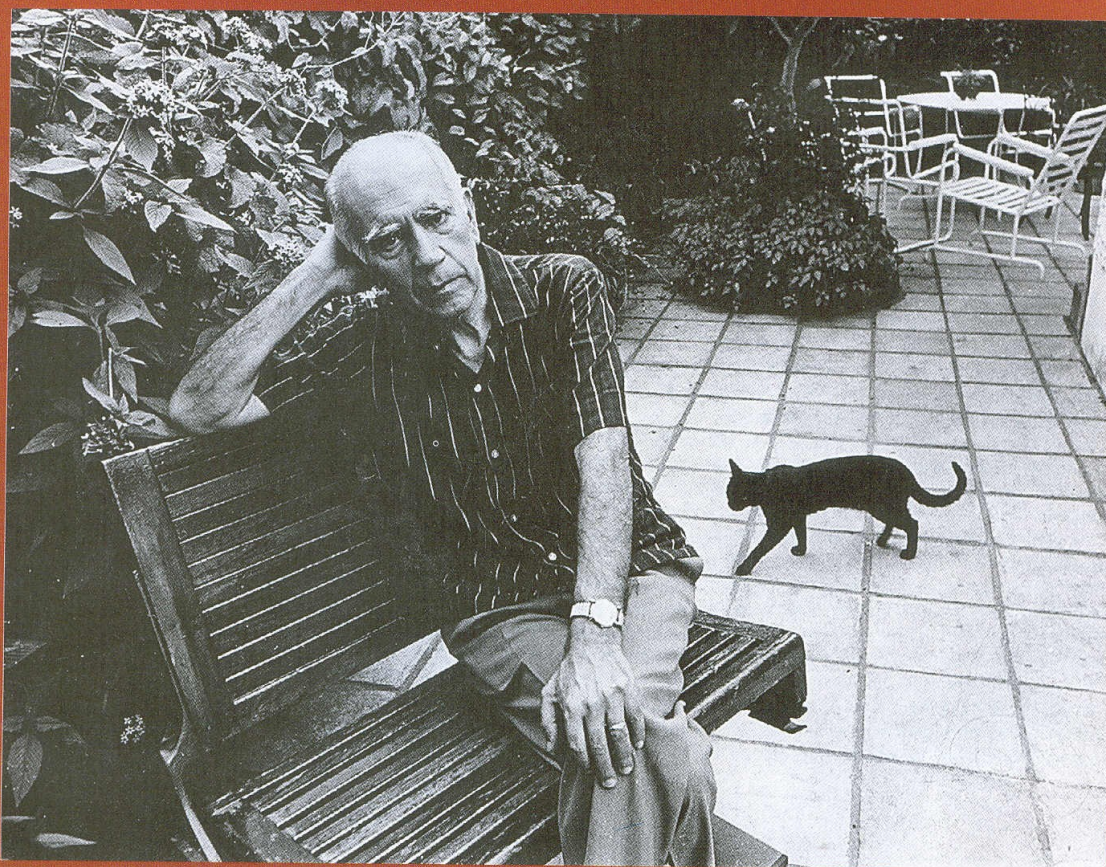


Foto: Leonid Streliaev/ZH

Erico Verissimo. O centenário de nascimento do escritor será festejado em 2005.

reconstrução histórica, base de todo o relato. Ao deixar de lado protagonistas reais da história do Rio Grande do Sul, apresentando-a mediante figuras imaginárias, Erico Veríssimo consegue *realizar simultaneamente a louvação e a crítica do passado*. Através de personagens como *Pedro Missioneiro*, *Ana*, *Bibiana Terra* e o *capitão Rodrigo*, fundadores de uma civilização, o escritor constrói uma origem mítica para a elite pastoril sul-rio-grandense. Trata-se de um passado épico, que a engrandece e a justifica. Um tipo como *Rodrigo Cambará*, por exemplo, com todo o seu encanto, não encontra sustentação nos documentos da época. Os chamados *gaudérios* (ou *gaúchos*) eram párias, marginais, pobres-diabos que vagavam pelo campo "suministrando el cuero" (roubando o couro). Sob este ângulo, é pouco provável que tenha existido um *gaudério* tão fascinante. Mas o processo de transfiguração do gaúcho-pária em gaúcho-herói obedece a tão brilhante construção literária que o capitão Rodrigo torna-se verossímil esteticamente e seduz a todos os leitores. Opera-se então o milagre da arte: a mentira histórica vira verdade artística.

Contudo, reduzir *O tempo e o vento* à condição de canto elogioso dos fazendeiros é ignorar os aspectos críticos que o romance contém: repúdio à violência, combate ao machismo, ataque à degradação dos valores humanistas. Por isso, pode-se dizer que a louvação e a crítica da oligarquia sulista coexistem dialeticamente na obra, cujo significado final – com seu tom crepuscular – é o de rico e complexo necrológio dos senhores rurais rio-grandenses.

O SENTIDO DA EXISTÊNCIA

Apesar de ser uma criação artística centrada na formação histórica de uma província, não se deve esquecer que *O tempo e o vento* apresenta também uma sutil discussão sobre o sentido da existência. Verifica-se isso no confronto estabelecido, no enredo, entre dois elementos antagônicos:

Tempo: passagem, corrosão, destruição, morte.

Vento: repetição, continuidade, permanência.

Pode-se dizer que o *tempo*, em geral, está associado aos homens, na medida em que estes carregam consigo forças de destruição, traduzidas no desapego à vida, na impiedade, na honra extremada que justifica qualquer violência e no gosto pela ação bélica. Assim, estes guerreiros do pampa antecipam o trabalho do tempo contribuindo, através de seus instintos sanguinários, para a corrosão da existência. Já o *vento relaciona-se simbolicamente com a maioria das mulheres* do romance* porque estas, apesar de seus silêncios e da aparente submissão ao universo masculino, resistem às guerras e às mortes. O verdadeiro heroísmo não reside nos entreveros, nas cargas de lança, nos duelos a facão, mas na luta pela continuação da realidade cotidiana. As mulheres representam, pois, o visceral instinto da vida. E a tesoura de parteira de *Ana Terra* é o objeto simbólico desta identificação com todas as formas de nascimento e continuidade da espécie.

Para suportar a solidão e o sofrimento, resta às mulheres (*Ana Terra*, *Bibiana Terra* e *Maria Valéria Terra*) apenas a **memória**. Sempre ativada em noites de vento, a memória feminina evoca lembranças dos que já partiram. Recordar os mortos é injetar neles – ainda que provisoriamente – um sopro de vida. As lembranças tornam-se, então, o único recurso dos seres humanos para enfrentar o sem-sentido do tempo e o grande vazio do nada. Por isso, no final da trilogia, o escritor *Florian Cambará* – sentindo-se mais próximo das recordações femininas que da arrogância guerreira dos homens

– resolve salvar a memória de todas as experiências fundamentais da família *Terra-Cambará*. E registra, então, sob a forma de um romance, o passado da família, que é também o passado da província sul-rio-grandense.

Quer dizer, *Florian Cambará* possui uma sensibilidade especial que lhe permite compreender a fragmentação do continente num arquipélago de ilhas. Isto é, ele entende o esfacelamento da unidade familiar como decorrência simultânea do fracasso ético do pai e do crepúsculo de sua classe. Por isso mesmo, passa a refletir sobre a história da própria família, desde as suas remotas origens até sua desarticulação no presente, com o objetivo de resgatá-la das brumas do passado e avaliar o significado de uma trajetória de dois séculos. Também romancista, como o próprio Erico Veríssimo, de quem é porta-voz, cabe a *Florian Cambará* recompor um mundo condenado ao perecimento e questioná-lo permanentemente. Mundo que o tempo, inexoravelmente, transformaria em pó. Para *Florian*, portanto, só a arte responde à falta de significado da vida humana. Só a arte tem o poder de resistir à voragem do tempo.

As primeiras frases do romance de *Florian Cambará* encerram *O tempo e o vento*. E são exatamente as mesmas que iniciam o romance de Erico Veríssimo. Desta maneira, a obra adquire um caráter *cíclico*:

Era uma noite fria de lua cheia. As estrelas cintilavam sobre a cidade de Santa Fé, que de tão quieta e deserta parecia um cemitério abandonado.

Esta dimensão cíclica já estava presente na epígrafe que o escritor escolheu para abrir a trilogia:

Uma geração vai, e outra geração vem; porém a terra para sempre permanece. E nasce o sol, e põe-se o sol, e volta ao seu lugar donde nasceu. O vento vai para o sul, e faz o seu giro para o norte; continuamente vai girando o vento, e volta fazendo seus circuitos.

* Erico Veríssimo não estabelece, porém, uma guerra entre os sexos. Em *O continente*, por exemplo, aparecem Luzia, uma mulher sadomasoquista que é a própria encarnação da morte, enquanto José Lírio, na guerra civil de 1893, recusa-se a abater os inimigos.

PARA SABER MAIS

CHAVES, Flávio Loureiro. *Erico Veríssimo, realismo e sociedade*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 2000, 3ª.ed.

ZILBERMAN, Regina e **BORDINI**, Maria da Glória. *O tempo e o vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre, Edipucrs, 2004.

Sergius Gonzaga é Professor de Literatura Brasileira da UFRGS, Diretor do Instituto Estadual do Livro (RS), autor de *Curso de Literatura Brasileira* (Leitura XXI, 2004).

Um **parnasiano** gaúcho

Helena Jobim



Jorge Jobim. Foto: acervo da família.

JORGE Jobim nasceu no Rio Grande do Sul, na pequena cidade de São Gabriel, em 23 de abril de 1889. Lá iniciou seus estudos. Foi secundarista em Porto Alegre e em 1910 formou-se bacharel em Direito no Rio de Janeiro. Seguiu carreira diplomática por pouco tempo, pois não suportou a solidão das plagas andinas. Sofria de saudades do Brasil. Muitos anos depois, seu filho Antonio Carlos, morando por um longo período na Califórnia, comporia uma de suas mais belas obras, homenageando seu pai. Deu a este trabalho o título de “Saudades do Brasil”.

Depois de abandonar a carreira diplomática, Jorge Jobim voltou para Porto Alegre como professor da cadeira de Direito Internacional. E foi em Porto Alegre mesmo que conheceu a carioca Nilza Brasileiro de Almeida, sua futura esposa.

Por vontade dela, combinaram morar no Rio de Janeiro. Depois do nascimento de Antonio Carlos, Jorge desejou ir logo a Porto Alegre mostrar o filho às irmãs. Por essa época seus pais já haviam morrido. Nilza concordou e foram os três de navio. Depois, Jorge não quis voltar para o Rio de Janeiro. Mas não era o combinado. Finalmente Nilza e Jorge retornaram com o filho para a casa dos pais dela, na Tijuca, bairro do Rio. Nilza tinha apenas 17 anos.

A poesia foi sempre a tônica maior na vida de Jorge Jobim. Aluno dileto e amigo do poeta Alberto de Oliveira, tornou-se também poeta parnasiano. Sua vasta cultura, admirada por todos, fazia dele um homem requisitado pelos artistas. Falava vários idiomas e era profundo conhecedor da História da Grécia. Foi também crítico e jornalista, realizou conferências literárias, colaborou na imprensa do Rio de Janeiro e de Porto Alegre.

Deixou poucos livros, dada a complexidade de seu trabalho e do seu perfeccionismo. Amava os dicionários e consultava-os com frequência, atitude esta que iria se repetir em seus filhos Antonio Carlos e Helena. Mas, sem dúvida, a morte prematura de Jorge Jobim foi um corte cruel em sua obra literária.

Apresentamos aqui três quadras de seu poema JUNTO AO MAR, escrito em homenagem à sua TERRA NATAL, de seu livro “POESIAS”.

JUNTO AO MAR

Isto passou, se não me induz a enganos
A memória, de datas deslembada,
Na quadra ideal de meus primeiros annos
Numa provincia encantadora e amada.

Foi nas costas do Sul, nos arredores
Onde o Atlantico em coleras esbarra,
Nesse logar de pobres pescadores
Que era chamado então Pontal da Barra.

Foi ahi no Pontal, que os meus buscaram
Por fugirem às febres da cidade,
Que as nossas relações mais se estreitaram,
O' mar ancião sempre na flôr da idade!

(conservada a grafia antiga do livro original)

Este livro era aguardado com ansiedade, tanto por outros poetas como pelo público amante da poesia parnasiana. A qualidade de seus versos mereceu muitas boas críticas da imprensa especializada, marcando um parâmetro entre perfeccionismo e bom gosto do autor.

Nesta fase de sua vida, Jorge Jobim foi condecorado por seus méritos com a “ORDEM DO REI LEOPOLDO”, concedida por Alberto I, rei da Bélgica, em sua estada no Rio de Janeiro.

Deixou também poemas e trechos em prosa em seu livro “COLMÉIA CRISTÃ”, dedicado à sua irmã Julieta.

Alberto de Oliveira, em “POESIAS” e “COLMÉIA CRISTÃ”, homenageia Jorge Jobim com poemas para a abertura dessas obras.

Publicou ainda, também com Alberto de Oliveira, uma coletânea dos melhores “Poetas Brasileiros”, em dois tomos, além de um livro de “CONTOS INFANTIS”, de autores célebres.

Deixou entre seus inéditos muitas poesias para seus filhos. E um livro que contém “CARTAS DE AMOR” para sua amada Nilza (encadernado por ele mesmo).

A última poesia deste livro, que tem como título “NO NASCIMENTO DE ANTONIO CARLOS”, foi escrita na noite do dia 25 de janeiro de 1927. Nela, Jorge Jobim pede a Nossa Senhora da Conceição, santa de sua devoção, por Nilza e por seu filho Antonio Carlos, que está nascendo. Transcrevemos aqui quatro versos da mesma:

“Ó minha santa, boa madrinha,
Aqui te imploro, por teu Jesus:
Protege, ampara, guarda a Nilzinha,
Neste momento de dar à luz.”

Por coincidência, Antonio Carlos Jobim viria a falecer no dia 08 de dezembro de 1994, dia de Nossa Senhora da Conceição, completando-se no ano de 2004 10 anos de sua ausência.

• • •

Jorge Jobim faleceu de fulminante parada cardíaca aos 46 anos de idade, em julho de 1935, no Rio de Janeiro. Durante sua internação na Casa de Saúde Dr. Eiras, foi sempre acompanhado por seu amigo fiel, o grande pintor Oswaldo Teixeira, e assistido pelo famoso médico e psiquiatra Raul Bittencourt.

Saudade.
Setembro de 2004.

Helena Jobim é escritora, irmã do compositor Antonio Carlos Jobim. Escreveu, entre outros, *Pressinto os anjos que me perseguem* (Editora Record). Leia também da autora *Um certo senhor Jobim*, no Caderno de Literatura nº 9.

Dyonelio Machado:

na ambigüidade, o mimético

Cecília Teixeira de Oliveira Zokner

UM dos maiores romancistas brasileiros e, ainda, quase um desconhecido entre aqueles que lêem no País: Dyonelio Machado, nascido em Quaraí, então uma pequena cidade com menos de vinte mil habitantes, no extremo sul do país, em 21 de agosto de 1895, órfão de pai assassinado quando tinha sete anos, começando a trabalhar aos oito para ajudar a mãe.

Artur Madrugá que, em setembro de 1986, escreve a primeira biografia de Dyonelio Machado (Porto Alegre, Tchê!), numa curiosa síntese sobre a profissão que exerceu, disse que na medicina ele teve o seu sustento; na política, o seu tormento e na literatura, seu alimento.

Médico, introdutor da psiquiatria no Rio Grande do Sul, trabalhou durante trinta anos como psiquiatra ou como diretor no Hospital Psiquiátrico São Pedro, de Porto Alegre. Deputado comunista na Assembléia Legislativa de seu Estado, escreveu ensaios e romances.

Seu primeiro livro publicado, **Política contemporânea** é de 1923; seu segundo, um volume de contos, **Um pobre homem**, de 1927. De 1933 é **Uma definição biológica do crime**, sua tese, e de 1935, **Os ratos**.

Considerado seu melhor romance, sua obra definitiva, parece impossível falar de Dyonelio Machado sem fazer a ele referência. "Sou um romancista de um romance só", disse uma vez (**O cheiro da coisa viva**, Rio de Janeiro, Graphia, 1995, p. 27), com algo de melancolia. A opinião da crítica e as dezessete edições que se sucederam soem lhe dar razão, assim como o prêmio Machado de Assis, recebido em 1935, do qual só veio a saber – um servente fez a gentileza de levar-lhe o jornal, **Tribuna de Santos**, que noticiava não somente o seu traslado como prisioneiro político, como a premiação do romance – na escala que o Itaimbé, barco de carga, fez no Porto de Santos. Estava preso nos porões, juntamente com outros vinte, levados, como ele, para as cadeias do Rio de Janeiro.

• • •

Um ano ele permanece na cadeia e, libertado, retorna à pequena cidade do sul para se reencontrar com a família. Porém, a sua volta a Porto Alegre se dá justamente no dia em que Getúlio Vargas instaura a ditadura no País. Dyonelio Machado decide que não será preso outra vez e foge pelo litoral, buscando proteção em casa de amigos. Quando a situação se tranqüiliza, é reintegrado em suas funções no hospital Psiquiátrico, retoma sua vida de médico e escritor. Então, adoece gravemente. Uma cardiopatia o mantém meses na cama. Desafiado pela morte, escolheu viver e sublimou o mal, escrevendo um livro que ditava para a mulher e para a filha e logo os amigos datilografavam: **O louco do Catí**, publicado em março de 1942.

Já curado, escreve **Desolação** (1944) e **Passos perdidos**

(1946). No ano seguinte, o então Presidente do Brasil, General Eurico Gaspar Dutra – o de "olhos de porco selvagem" do **Canto General**, de Pablo Neruda –, proíbe a existência do Partido Comunista, e Dyonelio Machado, que tinha se tornado comunista na prisão e, nessa data, era deputado da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, perde seu mandato. Retira-se da vida político-partidária e da vida literária – a crítica ignorava os seus romances, os editores se negavam a publicar seus livros – e se dedica a cuidar dos doentes e a escrever.

Retornará à cena literária vinte anos depois, ao ser reeditado **Os ratos**. Publica um novo romance, **Deuses econômicos**, faz crítica literária, recebe prêmios e homenagens. Ou seja, é redescoberto na década de setenta, exatamente no ápice da violenta repressão que dominava o País.

Em 1981, publica **Nuanças**, que no ano seguinte recebe o prêmio Fernando Chinaglia, da União Brasileira de Escritores. Tem oitenta e seis anos e, com esta obra, completa a história iniciada em 1942 com **O Louco do Catí** e prosseguida em 1944 e 1946, respectivamente, com **Desolação** e **Passos perdidos**.

São romances, "estruturalmente autônomos, tanto que publicados em diferentes épocas mas que apresentam entre si detalhes de unidade temática e metafórica, reiteração de personagens, elementos simbólicos e históricos e uma narrativa continuada", como os define Maria Zenilda Grawunder no artigo "Nas asas do Borboleta: alegoria dyoneliana" (In: número 10 dos **Cadernos Porto & Vírgula**, p. 30, Porto Alegre, 1995).

Em **O Louco do Catí** (Globo, Porto Alegre, 1942), a viagem do Louco, se inicia num bonde de Porto Alegre e termina, depois de passar por muitas cidades, exatamente no lugar que desde criança lhe alimentava o medo e é um fio condutor de quadros breves, cenas cotidianas de vida muito simples. Pobres aventuras. Momentos passageiros. Situações e personagens mostrando uma realidade, um trato social que se nutre das conhecidas e como que imutáveis discrepâncias. A viagem se inicia numa sexta-feira 13, por insistência de Norberto, e seu destino era o litoral e para aí vão, além de Norberto, Leo, Luiz, Maneco Manivela e o Louco que se juntara ao grupo. Quando se propõe voltar, Norberto anuncia que vai ficar mais tempo com o Louco. Os outros voltam à cidade. Assim termina o décimo segundo capítulo de **O Louco do Catí**. Nos seguintes, Norberto e o Louco continuarão sua viagem para o norte, e dos outros nada mais se irá saber.

• • •

Em 1944, dois anos depois, publicado pela José Olympio do Rio de Janeiro, aparece **Desolação** (e, em 1981, pela Moderna de São Paulo), romance que irá narrar a continuação da viagem

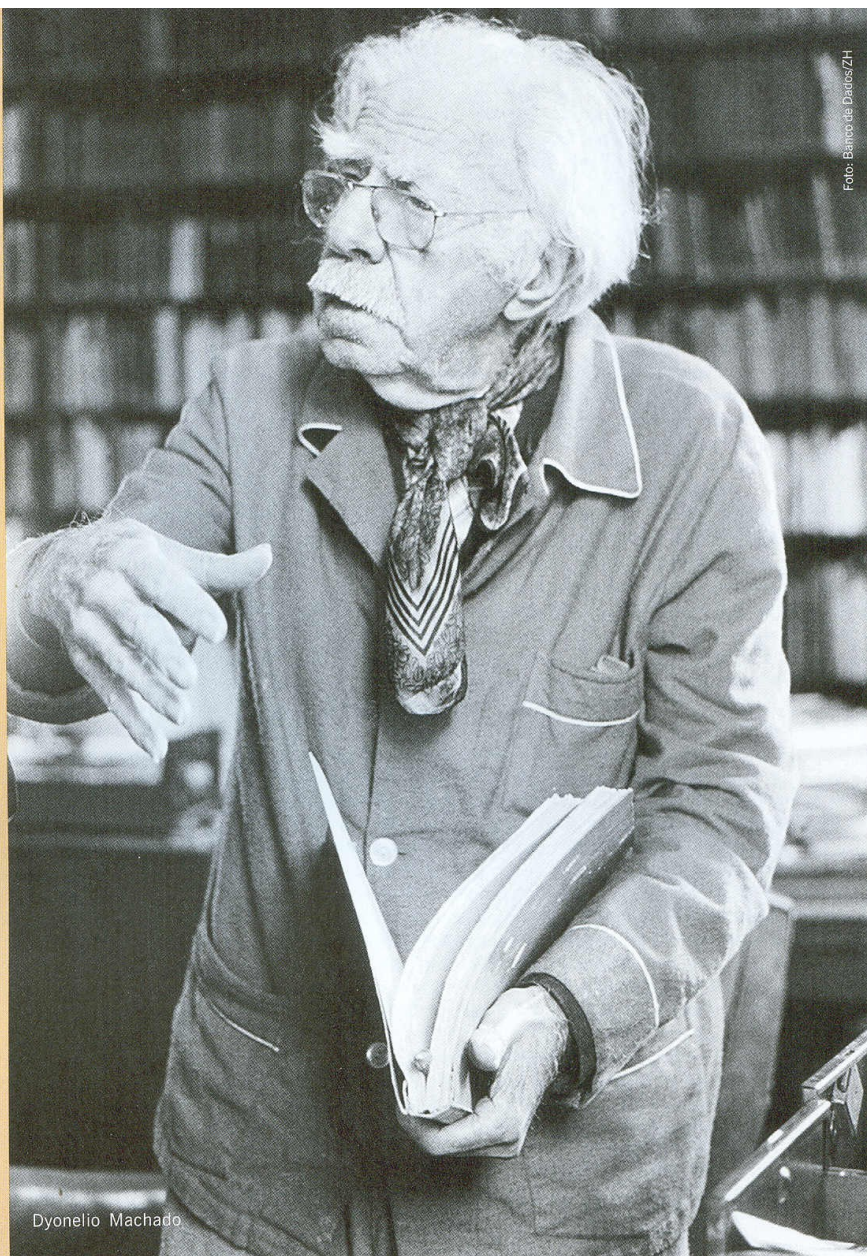
de Leo, Luiz e Maneco Manivela. No primeiro capítulo, eles estão numa pequena localidade a caminho de Porto Alegre e o caminhão em que viajam tem problemas sérios de mecânica. Todo o romance parece construir-se nessa busca de solução para poder continuar a viagem.

Passos perdidos será publicado em 1946 (e pela Moderna de São Paulo, em 1981): Maneco Manivela, recém-chegado em São Paulo, vem do Rio de Janeiro onde estivera preso por dois anos. Na cidade grande e desconhecida, como que se repetem suas últimas horas de liberdade quando, na cidadezinha, procurava resolver o problema do caminhão. Em **Nuaças** (São Paulo, Moderna, 1981), refaz sua vida e um reencontro amoroso o destina a ser feliz. Um romance romântico, assim o define o autor, no qual, como nos três que o antecederam, não se escondem nem a repressão, nem o arbítrio, nem a delação. Principalmente, onde emergem o medo e a insegurança, também presentes nos outros romances. O que era característico desse momento em que a ditadura de Getúlio Vargas, segundo palavras do romancista, “segurando o látego”, permitia a seus esbirros, “comandados pelo esbirro-mor na pessoa do presidente da república”, exclamar a cada golpe: “a reação é sórdida” (**O cheiro da coisa viva**, Rio de Janeiro, Graphia, 1995, p.11).

Dyonelio Machado, ao usar tais expressões – esbirros, látego, reação sórdida –, sabia perfeitamente ao que estava se referindo quando escreveu suas memórias (“Memórias de um pobre homem”, In: **O cheiro da coisa viva**, p. 130) e não há dúvida de que enraizou nas suas experiências de perseguido por “delitos de opinião” esses quatro romances.

Disse uma vez, falando sobre **Os ratos**, que procurou sempre “o dramático no trivial”. É algo de muito simples parece ser o argumento dos quatro romances: sempre uma procura, um fugir, em que os quadros se sucedem feitos de pequenos detalhes, de pequenos gestos, de tipos humanos apenas esboçados, de inconfundível e determinado espaço. Uma geografia do País que se completa com a presença de algo ameaçador, por vezes indefinível: a repressão cuidadosa, limitada, como que um ser e um não ser. Para expressá-lo, Maneco Manivela é um personagem perfeito. Seja por sua posição social, por sua maneira de ser ou por suas relações com o “movimento”.

Observar um dos recursos romanescos de que se serviu



Dyonelio Machado

Foto: Banco de Dados/ZH

Dyonelio Machado para construir em **Desolação** esse personagem e a atmosfera que desenha o País irá mostrar como, nessa obra, a ambigüidade pode constituir-se num traço esclarecedor.

• • •

O romance se inicia com a frase “Cuidado! Ele é um provocador!”, pronunciada pelo homem alto e dirigida a Maneco Manivela. Ele sabe bem o significado da palavra: “[...] um sujeito que tem ligação com a polícia. Na realidade, um policial”. Tinha aprendido isso com um rapaz que viera do Rio de Janeiro para “instruí-los” numa reunião clandestina e falara dos policiais, dos delatores, dos espíões.

Maneco Manivela se dera conta da pressa de Norberto

em deixar Porto Alegre, de querer continuar sempre em frente, mas não pensara, então, no perigo que dessa viagem feita com ele pudesse advir. Assim, quando se separam e o pequeno caminhão em que viajavam apresenta problemas, decide ficar, com os dois companheiros, no hotel da cidadezinha para passar a noite e seguir viagem para Porto Alegre logo que pudessem efetuar o necessário conserto. É quando recebe o aviso do desconhecido.

O romance está feito de suas andanças para o conserto do caminhão e a partir de um certo momento, de seu medo de ser preso.

Tinha participado, sim, de uma reunião clandestina e lido folhetos comprometedores; tinha contribuído, sim, para livrar da prisão um militante. Mas, sem conhecer os planos de Norberto, levava-o até o litoral e, sem entender por que, recebera do homem alto o livro de presente; a **Cartilha**.

Alto, magro, musculoso, cabelo liso e sorriso de dentes brancos, Maneco Manivela é um mecânico satisfeito com sua vida cotidiana: trabalho, um banho, a comida na casa de pensão e esses momentos de conversa com os amigos nas esquinas. Conhece algo do "movimento" (que precisa de gente, que os que dele fazem parte são considerados loucos ou utópicos); sabe um pouco da repressão (perseguições, prisões). "Mas essas notícias lhe chegavam em pleno trabalho, em plena vida. Não lhe interessavam muito especialmente".

Assim, somente a partir da recomendação daquele que depois saberá chamar-se João Antonio de Matos é que se inicia sua trajetória de homem seguido pela polícia ou de homem que se acredita seguido pela polícia. E que se deixa dominar pelo medo. Um medo traduzido em sensações – como que uma presença de gelo cerrando-lhe o peito, como que uma ausência de sangue na superfície do corpo – e em imagens ditadas por sua imaginação.

Imagina o elemento provocador, rodeado de polícias, dando-lhes as informações sobre ele ou conduzindo a polícia onde ele está para designá-lo de longe; ou o que as pessoas pensam dele: "– O Maneco é perigoso. Olho nele". (**Desolação**, p. 160). Ou, ainda, essa naturalidade dos policiais ao falarem dele: "Me trouxeram alguma outra novidade sobre o Maneco?" (**Desolação**, p. 160).

É imagina o momento de sua prisão ou o momento em que seu nome é pronunciado no salão de audiências. Vê-se entre conspiradores, vê-se recebendo lições de tática. Vê seu nome numa lista de contribuintes para o Partido ou a lista nas mãos da polícia.

E tanto como imagina, Maneco Manivela supõe. Que o empregado que vai chamá-lo no seu quarto, a mando do patrão, é um espião; que o dono do hotel suspeita dele; que o novo hóspede, recém-chegado, é um policial porque tem um ar de vigilância e essa qualidade, no seu entender, é própria da profissão; supõe que o cozinheiro olha para ele de um modo estranho; que os passos que se aproximam do seu quarto são da polícia; que a polícia o vigia e espera por ele diante de seu quarto ou diante da porta do hotel ou na gerência, impaciente com a demora. Que o segue pela rua, na estrada, ou procura por ele na cidade vizinha. E supõe táticas da polícia, supõe as informações que deve ter para continuar a fazer prisioneiros.

Assim, ao imaginar coisas e supor outras, cria uma realidade que não é necessariamente aquela dos fatos e o relato, ao se fazer a partir do que ele pensa ou sente, se enche de incertezas que o uso do verbo *parecer* e do advérbio *talvez* tornam evidentes.

Por vezes, tem uma impressão errônea. Quando escuta, por exemplo, uma respiração do outro lado da porta onde não há

ninguém. Ou quando acredita que são dois os agentes de polícia que o vigiam e, na verdade, o segundo jamais estará presente.

Outras vezes, tem muitas dúvidas: talvez a polícia já esteja perto da sua porta; talvez ele não possa sair do hotel; talvez o empregado não seja o espião que imaginava ou talvez seja exatamente ele o causador da prisão do doutor Matos. Talvez encontre todos – a polícia, seus companheiros, o dono – na gerência do hotel à espera para prendê-lo. Também, Maneco Manivela muito ignora: por que é espionado ou o motivo do interesse do doutor pela sua pessoa ao preveni-lo sobre o delator. Ignora, igualmente, a razão que levou o assim suposto delator a contar-lhe sobre as ações subversivas que praticou e como e onde acabou sendo preso.

Ao imaginar, supor, desconhecer, oferece informações insuficientes ao relato. Na sua história não é possível saber se o empregado o espiona ou não; se o dono do hotel suspeita dele ou se o cozinheiro tem suas desconfianças; se a polícia o está verdadeiramente seguindo ou se são casuais esses repetidos encontros, para ele tão assustadores.

Considerando-se vigiado, vítima de suspeitas ou de acusações, Maneco Manivela percorre um itinerário alimentado, sobretudo, por ambigüidades. E elas se estabelecem no entrelaçar-se do que corresponde a uma realidade – a existência do "movimento" e da repressão, a presença da polícia no hotel, as prisões efetuadas – com os procedimentos diante dessa realidade. Que seu temperamento, as mudanças de humor, os desejos de violência e o deixar-se dominar pelo desespero levam ao paroxismo de incendiar o caminhão, num ato de múltiplos significados. Assim termina **Desolação**.



No romance publicado dois anos mais tarde, **Passos perdidos**, será dito que fora preso por ter incendiado o caminhão. Mas, já então comprometido politicamente, procura o homem do Partido que deveria ajudá-lo a continuar a viagem para o sul. O romance se faz inteiramente dessas caminhadas pela cidade, em busca de meios para pagar a pensão, a passagem de trem, a fiança exigida para continuar em liberdade.

Somente trinta e cinco anos depois, com a publicação de **Nuanças**, em que Maneco Manivela vive sua história de amor e seus problemas de membro de um partido político ilegal, virá a informação de que nada existia contra ele para incriminá-lo e as últimas linhas do romance mostram-no começando uma vida de tranqüila felicidade.

São evidentes, nos quatro romances, os momentos cuja gênese se encontra, inegavelmente, nas vivências pessoais do autor. Ao precisar uma data (18 de dezembro de 1935) e um espaço (Águas Claras é a localidade onde se passa a ação do romance e existe no mapa do Brasil), esse tempo e esse espaço deixam bem claro de quando e de onde são os fatos que narra. Ao fazê-los presentes em seu mundo ficcional, Dyonelio Machado não somente o enriqueceu com perfis de rara profundidade psicológica como demonstrou sua maestria ao se servir de recursos narrativos que tornam o texto extremamente instigador. E assim o fez ao diluir esse documental em magníficas sugestões que, sinuosamente, em avanços e recuos, mostram esse pedaço do País que, então, se movia nas sombras.

Cecília Teixeira de Oliveira Zokner foi Professora de Literatura Hispano-americana na Universidade Federal do Paraná até 1991, quando se aposentou. Mantém, desde 1988, a coluna *Literatura do Continente*, no jornal **O Estado do Paraná**, de Curitiba.

Os varões assinalados

Letícia Wierzchowski

PEDIRAM-ME um texto sobre o Rio Grande, que fosse ensaio ou criação literária. Como recentemente acabei de dar o ponto final a um romance, e não me sobram personagens com os quais jogar aqui uma pequena partida ficcional, pensei logo em falar sobre literatura. Falar sobre um grande livro que tivesse feito história aqui, que tivesse feito do aqui a sua história; e então, quando deixava os contornos desse texto crescerem em mim, ganhando os signos das palavras, o encadeamento sutil do pensamento posto a nu pelos caracteres na página, foi que me ocorreu a seguinte verdade: há, sim, um escritor e, por conseguinte, uma obra que marcaram de certa forma toda a minha vida pessoal e literária. Esse escritor e essa obra são frutos do Rio Grande. Da história das gentes daqui. Esse escritor e essa obra são efeito, ambos, de épocas buliçosas e turbulentas - e eu, eu que fui criada no aconchego, na calma do mediano, da família média, do sonho médio, eu me vi engendrada por puro acaso neste sortilégio, na graça de um convívio que acabou por mostrar para mim mesma o que poderia ser o futuro.

Pois estou falando de um escritor de nome Tabajara Ruas. Um dos maiores escritores brasileiros, certamente. Tabajara Ruas é um nome emblemático na minha vida. Eu cresci numa família de classe média em Porto Alegre que gostava, talvez, de música. De resto pouco se vivia de arte naqueles tempos em que o cotidiano orbitava em torno de silenciosas recordações da ditadura e do trabalho diário para pagar as contas e os estudos dos filhos.

Literatura não era um assunto popular na nossa casa, e lembro que meus pais tinham lá uns poucos livros, os quais eu li antes da hora apropriada, escondida num quatinho de despejos que ficava atrás do pátio da casa. Tirante a mesmice de vidas que me pareciam todas iguais - crescer, estudar, casar, ter filhos e arranjar um emprego remunerado -, guardávamos por empréstimo a história do Tabajara Ruas, que era irmão do cunhado do meu pai. Um relacionamento tortuoso, eu sei, mas que me rendia alguns alegres encontros nos churrascos dominicais. Escritor, Tabajara Ruas tinha fugido do Brasil na época da ditadura, ainda estudante de Arquitetura da Universidade Federal. Vivera fora do País por cerca de dez anos e acabara se formando na Europa, onde também escrevera seu primeiro romance, *A região submersa*, editado na Dinamarca. Assim que Tabajara Ruas era, para mim, a manifestação concreta e visível de que nem todos éramos, ou seríamos iguais, e que nossos destinos podiam guardar maravilhas e tragédias que a régua dos dias cotidianos jamais haveria de tangenciar.

Um punhado de anos e almoços dominicais mais tarde, eu comecei a escrever algumas pequenas histórias. Era uma consequência lógica do muito que eu lia e dos mirabolantes enredos que eu criava na minha cabeça todos os dias à noite, a ponto de perder o sono por horas, rolando na cama numa luta livre com meus personagens. Quando eu terminei o meu primeiro romance, quando eu pude enfim assentar uma história no terreno seguro das linhas e parágrafos, a família elegera o coitado do Tabajara Ruas para dar a sua opinião. A sina do escritor é também deitar os olhos pelas aventuras literárias alheias, e lá se foi o seu Tabajara para casa, numa certa tarde de verão, com uma pilha dos meus originais embaixo do braço, muito bem-conformado com o destino do seu final de semana.

Foi seu primeiro presente para mim. O segundo, caiu-

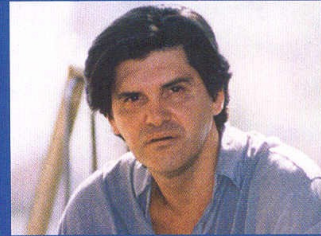
me nos braços tardiamente, mas teve o efeito de uma revelação. Além de ser um romance extraordinário, com um fôlego perfeito, *Os varões assinalados* é um dos maiores livros escritos sobre o Rio Grande. A saga do General Bento Gonçalves, de Antonio Netto, Lucas de Oliveira, Garibaldi, Zambecari e de tantos outros homens que fizeram aqui a República Rio-Grandense é narrada magistralmente nesse romance, sendo levada à risca do absoluto pelo talento do Tabajara Ruas.

Os varões assinalados foi talvez o último livro do Tabajara que eu me pus a ler. Calhou que fosse o último apenas porque andava perdido entre as estantes lá de casa — eu pouco sabia daquela narrativa que nascera como um folhetim de jornal e, quando abri sua primeira página, me vi irremissivelmente envolvida pela beleza aguda, dura e refulgente daquelas linhas, pela força que se erguia das folhas brancas de papel costuradas tão juntas como se elas mesmas fossem um exército disposto a lutar alguma misteriosa guerra no imaginário país da minha alma. Alguma coisa de forte e de lancinante nascia de cada uma daquelas figuras históricas que tão bem se haviam assentado, brilhando mesmo, sob a pele das personagens que o Tabajara havia criado. Contando a Revolução Farroupilha de uma maneira impressionante, descortina-se aos nossos olhos um épico cujas raízes estão neste solo mesmo onde pisamos todos os dias, e assim *Os varões assinalados* é para mim um livro inesquecível, furiosamente belo e que tangencia uma pureza difícil de colocar em palavras até mesmo para alguém bastante experimentado em usá-las.

Foi durante a leitura de *Os varões* que me nasceu a idéia de uma história, uma espécie de negativo da vida masculina daquela guerra, e então eu escrevi durante longos meses um romance que viria a se chamar *A casa das sete mulheres*.

Muita coisa aconteceu desde então; mas na minha escrivaninha, na pilha dos livros inesquecíveis, imprescindíveis, e que jamais abandonam a vizinhança dos meus olhos, está o meu velho e surrado exemplar de *Os varões assinalados*. O grande livro sobre o Rio Grande, juntamente com *O tempo e o vento*. E eterno. O poder da história contada sem o afago da doçura, porque não há que ser doce, mas grande, como parecia ser grande o destino daqueles homens, os varões destes campos, das imensas e ricas estâncias rio-grandenses, que um dia sublevaram-se contra um império, e fizeram uma guerra tão longa, tão cruenta e tão bizarra quanto a própria guerra de Tróia.

Letícia Wierzchowski é escritora, autora, entre outros, do livro *A casa das sete mulheres*.



O escritor Tabajara Ruas

Foto: Paulo Frainert/ZH



Foto: arquivo A JURIS

Museu, Malagoli e o humanismo didático

Francisco Marshall

"MAS é preciso se lembrar de quem esquece o caminho", disse Heráclito de Éfeso (c. 550 a.C.) em um fragmento apto a expressar uma das melhores finalidades do humanismo, didática. A vida e a obra de Ado Malagoli balizaram-se por este escopo humanista. Como artista professor, formou gerações e produziu uma obra pictórica que, além de sua beleza, é também um grande indexador temático e formal da História da Arte ocidental. Como empreendedor das artes e da cultura, monumentalizou seu esforço civilizatório na paisagem de Porto Alegre, com a fundação do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, que hoje leva seu nome. Essa identidade e sua trajetória social nos levaram a privilegiar, ao comemorar o aniversário do MARGS, também o sentido didático deste autor e obra e da instituição Museu, desta feita com novos recursos oferecidos pela museologia contemporânea, experimentando soluções. Além dos que esqueceram caminhos, lembramos também dos que ainda não traçaram vias e daqueles que não as percebem em condições isonômicas. Crianças e deficientes visuais, que proveito e mensagens poderiam encontrar em uma experiência de Museu, na leitura e fruição desta obra plástica?

Para as crianças, não pensamos em traçar caminhos, catequizando com retóricas prontas, mas sim em franquear-lhes horizontes e possibilidades, oportunidades sensíveis para reconhecerem a Arte e se desenvolverem como sujeitos criadores. Para tanto, por vez primeira na história do MARGS, colocamos uma oficina educacional repleta de recursos lúdicos e expressivos no próprio ambiente da exposição, na grande pinacoteca. "Eu quero morar no Museu", "descobri que sou artista" e "olha que lindo" são algumas das muitas expressões colhidas das crianças que, fascinadas, tomaram conta da pinacoteca nos quase dois meses de exposição e produziram maravilhas, mimetizando Malagoli e com ele aprendendo pintura e temas da cultura ocidental. O projeto estruturou-se sobre três palavras-chave: perceber – conectar – expressar, por meio das quais se construiu o cenário educacional da exposição, construtivista.

Se Beethoven compôs as maiores obras da História da Música em estado de surdez aguda, por que não poderíamos

Foto: acervo MARGS

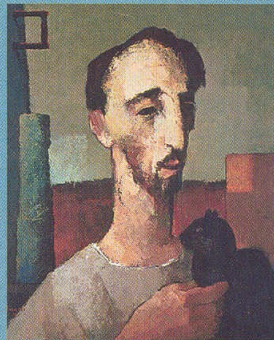
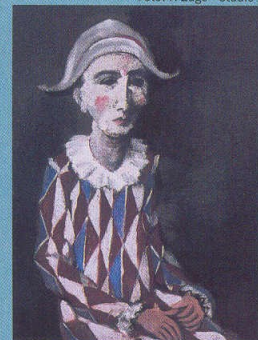


Foto: F. Zago - Studio Z



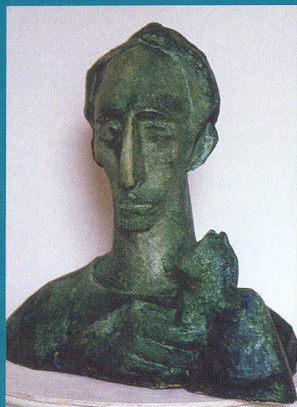
O gato preto (acervo do MARGS) e *Arlequim* (acervo do Desembargador Rubem Duarte). Obras de Ado Malagoli.

tentar levar a experiência plástica aos deficientes visuais? Não é possível oferecer pleno acesso à obra (nem mesmo aos videntes), mas podemos certamente avançar um bom caminho, incluindo estes concidadãos neste espaço de patrimônio público, permitindo-lhes conhecer, com sua outra-visão, a expressão de referências importantes de nossa cultura. O desafio aí foi de tradução, mas o esforço foi de transcrição, levando a novas formas, tácteis e tridimensionais, a matéria plana das telas. Uma frase de Malagoli animou esta busca: "Acredito que a obra de arte é uma só, apenas a tela se renova" (1984).

A Arte é uma permanente busca, movida por paixão, inteligência e beleza; com ela, superamos fronteiras e aliviámos o peso de nossa amarga condição. Com a Arte, aprendemos a grandeza humana e social da criação e preparamos novos e mais belos tempos.

Francisco Marshall é Historiador, Professor da UFRGS e coordenador geral da Exposição Malagoli: tradição e modernidade. E-mail: marshall@ufrgs.br

Foto: F. Zago - Studio Z



O ponto de uma outra vista!

Com esta referência, dei início ao projeto de redimensionamento da obra de Malagoli, quase um sacrilégio, poderiam dizer alguns críticos menos emergentes, não fosse elaborado com tanto respeito e amor. Mais que um desafio técnico, a responsabilidade de supor o invisível para criar o ponto de uma outra vista. "Há que dar-se a volta para saber-se o todo", José Saramago - *Janelas da Alma*.

Com o recorte do ícone central das pinturas: Gato Preto, Homem e Arlequim, a modelagem em barro foi o início de tudo, simbolicamente, a recriação. Os passos seguintes, a forma, a papelagem e a pintura, estruturaram em 3D as obras que então seriam oferecidas como objeto de observação e análise ao público, privilegiando a acessibilidade visual, através da experiência tátil a videntes e não videntes. Desta forma, foi possibilitada a descoberta e novas leituras sobre a obra de Malagoli, num ensaio de reflexão sobre a responsabilidade de inclusão em nossas práticas culturais e sociais.

Helenice Mendonça Porcella
artista plástica

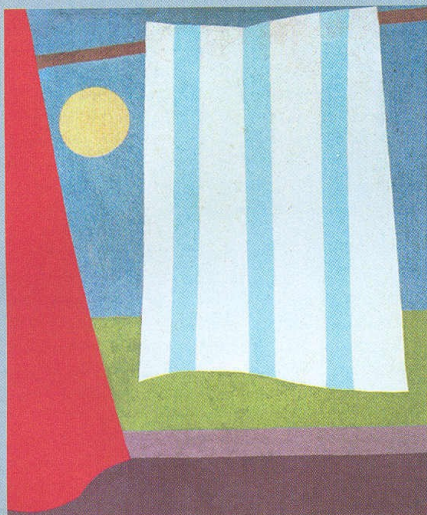
O cinquentenário do MARGS

Paulo César Brasil do Amaral

Fotos: acervo MARGS



Gaúcho na serra.
Aquarela de José Lutzenberger, sem data. Acervo do MARGS.



Varal.
Óleo sobre tela de Waldenir Elias. 1968. Acervo do MARGS.

O Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli comemora seus 50 anos de existência, período em que se consolidou como um dos principais museus brasileiros. O marco principal da efeméride, dia 27 de julho de 2004, abriu uma exposição em homenagem ao seu patrono e fundador, o artista Ado Malagoli. Há cinco décadas, Malagoli, então professor da Escola de Belas Artes, onde teve a coragem de revolucionar procedimentos didáticos em prol do rigor do aprendizado pictórico, percebeu a lacuna institucional do sistema cultural rio-grandense.

Assim nasceu o MARGS, primeiramente apenas no esforço burocrático do papel, depois na sede provisória do foyer centenário do Theatro São Pedro, até conquistar, em 1978, o prédio definitivo na Praça da Alfândega, amplamente reformado em 1997 para cumprir com suas funções museológicas.

Nas últimas cinco décadas, reuniu mais de três mil obras de arte, consagrando-se como o guardião principal da história da arte no Rio Grande do Sul, não apenas de suas obras-mestras, mas também de outros documentos que ajudam a iluminá-la.

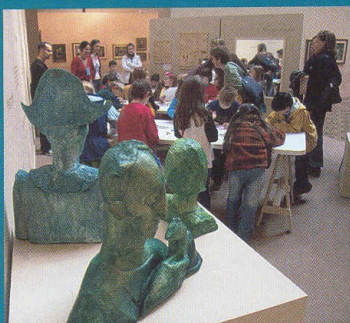
Dentre as atividades incluídas na agenda do cinquentenário, o MARGS levou ao Centro Cultural Correios, do Rio de Janeiro, a maior mostra itinerante de sua história, constante de mais de cento e vinte obras dos principais artistas do Estado do Rio Grande do Sul, evento este que deverá repetir-se em outras cidades como São Paulo e Brasília no ano de 2005.

O Museu, que hoje se inclui entre os principais do Brasil, é reconhecido mundialmente no âmbito de sua atuação, realizando mostras de caráter internacional em parceria com instituições congêneres.

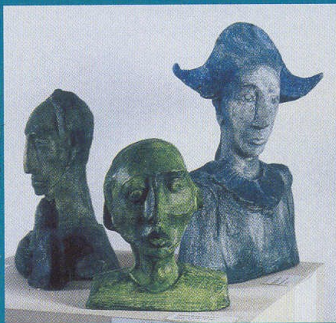
Sua atuação, entretanto, está fortemente focada no sistema de artes local, razão de ser de um museu que deve, antes de mais nada, revelar a história específica de um povo.

Paulo César Brasil do Amaral é Diretor do MARGS Ado Malagoli.

Fotos: F. Zago - Studio Z



Oficina Educacional - MARGS.



Papagem de Hellenice Porcella.



Relevo da artista Gabriela Bon.

Um juiz brasileiro: Weber Martins Batista

Sylvio Baptista Neto

Foto: acervo da família



*Criador do instituto processual penal da suspensão condicional do processo e ex-jogador de futebol, que teve a ousadia de aplicar um drible memorável no craque Didi, **Weber Martins Batista** (foto) é exemplo de pessoa que não esmoreceu ante a origem humilde e as dificuldades encontradas, tornando-se um dos grandes juizes brasileiros.*

É Desembargador aposentado do TJ-RJ, Professor Titular de Processo Penal da UERJ e Professor Titular da Faculdade de Direito da UniverCidade (RJ).

O Desembargador e Professor Weber Martins Batista, natural de Minas Gerais, fez seu curso de Direito no Rio de Janeiro. Como precisava de um emprego para se manter, foi trabalhar na Mesbla. Um dia, tendo faltado ao serviço por causa de uma prova importante, foi chamado ao gabinete do chefe, que o censurou dizendo que fizera todo o curso sem faltar ao trabalho um só dia. Sem nenhuma maldade, Weber disse que o chefe vivia do comércio, mas ele teria que viver do Direito. No dia seguinte, soube que tinha sido despedido.

Chocado com a perda do emprego, não imaginava que isso fosse tão bom. É que, tendo ido passar as férias no interior de Minas, um "olheiro" de futebol, ao vê-lo jogar e sabendo que ele estudava no Rio, indicou-o ao Madureira. Contratado logo a seguir, passou ele a ganhar dez vezes mais do que recebia na Mesbla, isso sem falar que estava sendo pago para fazer o que para ele era distração. E vinte anos depois, quando começara a lecionar na UERJ, uma aluna lhe disse, toda feliz, que era filha de um seu ex-colega de trabalho. Como soube disso? Porque dissera ao pai, citando seu nome, que tinha um professor "que não existia".

Weber foi contratado pelo Madureira no primeiro treino, acredita ele que por uma única jogada: o drible desconcertante que, mal começou o treino, deu no Didi, o grande craque do time e um dos maiores jogadores brasileiros de todos os tempos. Pouco tempo depois, passou a titular e foi escolhido para ser o capitão do time. Vinte e poucos anos após, quando já era Juiz no Rio, foi convidado para ser membro da Academia de Letras de Madureira com o mote: "Weber, que nos anos cinquenta encantou Madureira com os pés, volta a fazê-lo agora, com as mãos. Ou a cabeça".

Jogou ele futebol até se formar em Direito em 1955. Um ano antes de formado já era pai de quatro filhos, não podia - pensou ele - começar a vida profissional advogando. Tinha

que prestar concurso e, mais do que isso, ser aprovado. Começou a estudar cinco, seis, sete horas por dia, e acabou passando, cinco meses depois, no concurso para Promotor de Justiça em Minas Gerais. Acontece que seus vencimentos eram pequenos, tão pequenos que um dia não pôde pagar a "caderneta do armazém". Morrendo de vergonha, precisou pedir dinheiro emprestado e aí deu-se conta de que não podia continuar em Minas; tinha que prestar concurso em outro Estado. Por isso, voltou a estudar mais ainda e foi aprovado no concurso para promotor em São Paulo.

Dois anos depois, com a morte de Getúlio Vargas e a ascensão de Jango Goulart, todos passaram a acreditar que a Justiça do Trabalho passaria a ter um tratamento muito especial. Por esse motivo, aberto concurso para Juiz do Trabalho, nele se inscreveram algumas centenas de candidatos, entre os quais muitos juizes e promotores. O que todos perguntavam no Fórum era quem ganharia a disputa, pois as vagas eram apenas duas. Realizado o concurso, o Weber e um colega promotor tiraram os dois primeiros lugares. Por causa da rivalidade, a repercussão foi tão grande que foram homenageados com um jantar pelo procurador geral.

Mal tinha sido nomeado, veio a revolução de 1964. Com os militares no poder, o que se acreditava é que os juizes do trabalho passariam a ser vistos "com pouca simpatia". Por isso Weber não assumiu o cargo e resolveu fazer outro concurso, sendo aprovado como Juiz na Guanabara. Além destes quatro, foi aprovado nos concursos para professor da UFV-MG, para professor e livre-docente da, então, UEG e, finalmente, para professor titular desta última universidade.

As pessoas que ficam impressionadas com tanto sucesso, ele costuma contar que, ao saber que fora aprovado em primeiro lugar pela terceira vez, um amigo de seu irmão disse que ele tinha muita sorte, ao que o irmão respondeu que tinha, sim, pois estudava seis, sete horas por dia, menos sábado e domingo. Ninguém é de ferro - acrescentou o amigo -, fim de semana é para descansar. "Nos sábados e domingos, retrucou o irmão, ele estuda dez, onze horas". O Weber nunca se gaba desse esforço extraordinário que fez. O que costuma dizer, repetindo a dedicatória de um de seus livros, é que por trás de tudo isso, como a grande responsável pelas vitórias, esteve sempre "a doce Therezinha, companheira nos ônus e nas alegrias de cada conquista, pelas horas, e dias, e meses, e anos de afetuosa convivência, sem a qual nada do que fez teria sido possível".

Alguns colegas o consideram um gênio, mas não por causa desses concursos. Por causa deles a brincadeira foi outra. Comemorava com colegas a conquista pelo Brasil do pentacampeonato quando um deles, brincando, lastimou que o Weber, que fora um verdadeiro craque de futebol, não conquistara um só título. Com ar sério, outro colega respondeu que não era verdade, pois, mais do que penta, ele era verdadeiro heptacampeão. E ante a surpresa de todos, inclusive do Weber, declarou ser ele o único brasileiro que foi aprovado em todos os

sete concursos que fez e, mais ainda, que foi aprovado em todos eles em primeiro lugar.

O título de gênio foi dado a ele, em livro de Direito e em artigo, pelo Desembargador e Professor Gama Malcher, mestre em processo penal, doutor "honoris causa" pela UniverCidade do Rio de Janeiro, afirmação repetida por colegas como o douto professor Paulo Alonso, da Academia de Letras do Rio de Janeiro. O motivo, mais do que justo, foi porque Weber criou um instituto de Direito que - não seria necessário dizer - não existia em nenhum outro país, e que foi considerado por ilustre professor paulista como "a maior revolução no processo penal nos últimos cinquenta anos".

Nos crimes de pequena ou média gravidade - é o instituto - se o réu for primário e tiver bons antecedentes, o juiz poderá suspender o processo por dois a quatro anos, ficando o réu sujeito a certas obrigações, como indenizar o dano causado à vítima, não cometer outro ilícito, etc. Vencido o prazo sem que ocorra o descumprimento das obrigações, o juiz julga extinto o processo sem julgar o réu.

Tão logo começou, mais de vinte anos atrás, a defender o instituto em palestras pelo País, alguns processualistas questionavam se era possível submeter o réu a obrigações com base em prova colhida na polícia, sem o contraditório, sem a ampla defesa. Esta, respondia ele, foi a pergunta mais importante que fez a si mesmo, e cuja resposta foi "sim". Em países como os EUA, com o "guilty plea", e a Itália, com o procedimento monitorio, também conhecido como "condenação por decreto", nos ilícitos de menor gravidade, uma pessoa, com base em prova semelhante, pode ser condenada, e não apenas ser submetida a obrigações. Ora - foi a conclusão que tirou -, se é possível condenar, por que não será possível fazer o menos grave, que é impor ao acusado obrigações, por ele aceitas, e sem condená-lo?

O instituto que criou traz enorme vantagem para a Justiça, pois com ele se antecipa o resultado do processo, com tudo de bom que isso acarreta. Em vez de demorar dois, três ou mais anos, como acontece agora, o processo, pode-se dizer, é decidido logo no primeiro dia, no momento em que o promotor oferece e o juiz recebe a denúncia. Além disso, o que é muito importante, apesar das garantias do contraditório, da publicidade, da ampla defesa, nos processos comuns nem sempre a decisão do juiz é justa. E mesmo quando é, raramente assim é recebida pelo condenado. No caso da suspensão condicional do processo, no entanto, a prova existente, somada à concordância do réu assistido por advogado, permite concluir

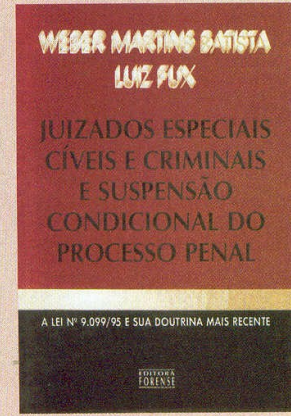
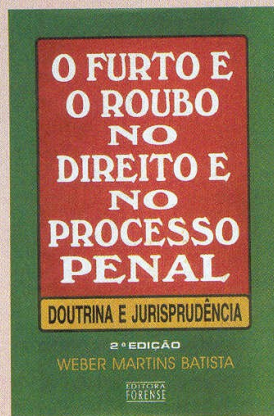
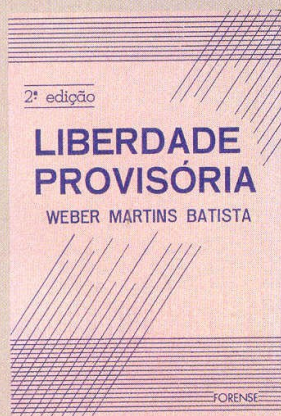
que a decisão não apenas é justa, como - o que é muito importante - assim é recebida pelo acusado. Isso sem falar na extraordinária economia de tempo e dinheiro, tão caros à Justiça.

Weber é o único brasileiro que criou um instituto de Direito e, mais do que isso, um instituto tão importante como a suspensão condicional do processo. O Brasil tem notáveis juristas, como - para ficar só na área do processo penal - Frederico Marques e Hélio Tornaghi, autores de anteprojetos de códigos muito bons. O que fizeram, no entanto, serve apenas para melhorar, no conteúdo e na forma, o que já existia. A criação de um novo instituto, no entanto, acontece entre nós e em toda a América pela primeira vez. E como disse Frederico Marques, em 1981, ao tomar conhecimento do instituto, constitui ele "verdadeira idéia de exportação". Tanto é verdade que já foi incluído no Código de Processo Penal modelo para a América Latina, código que os membros do Instituto Ibero-americano, de que faz parte, criaram para tentar uniformizar, na medida do possível, as legislações dos países sul-americanos.

Autor de quatro livros de Direito, dois deles clássicos nos tribunais; membro da Comissão de Reforma do Código de Processo Penal, que criou dezessete projetos setoriais de modificação de nosso código; autor da apresentação da legislação brasileira em livro escrito nos EUA; representante de seu Tribunal em todos os congressos realizados enquanto na ativa; coordenador e professor-conferencista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro; membro de bancas examinadoras de concursos para professores, inclusive para professor titular da USP e para juiz do Rio de Janeiro; membro de duas academias de letras, etc., é ele um de nossos melhores juristas.

Sua importância como professor faz com que, embora severo nas notas dadas aos alunos, venha recebendo deles, muito dos quais professores da nova geração, as mais expressivas homenagens, como a realização de simpósios com seu nome; não bastasse isso, estão escrevendo um livro de estudos em sua homenagem, o que normalmente acontece quando o jurista já faleceu. Mas o mais importante de tudo é que este homem extraordinário, que construiu sua vida com raro talento e excepcional força de vontade, é um juiz brasileiro que acredita na capacidade do nosso povo em construir um país mais justo, fundado no respeito e na solidariedade.

Sylvio Baptista Neto é Desembargador do TJ-RS.



A mensagem dos excluídos

João Ricardo dos Santos Costa



MINHA vida é minha mensagem (*My life is my message*). A frase cunhada por Mahatma Gandhi, um dos personagens mais extraordinários da história da humanidade, poderia ser adaptada para definir o Fórum Social Mundial de Mumbai – Índia. O evento foi a própria mensagem. A expressão liberta dos povos representados no Fórum superou em significado o discurso dos conferencistas e os debates que ocorreram nas diversas oficinas. Os anseios e a esperança não se enunciaram pela palavra cientificamente produzida pelos estudos sociológicos, mas brotaram da manifestação cultural permanente, intensa, incessante e simultânea das várias etnias e culturas que em Mumbai se fizeram presentes.

O Fórum não aconteceu nos salões ou nos auditórios. Foi nas ruas de Nesco (local do evento) que a mensagem fluiu no desembaraço dos sentidos daqueles conhecidos como “não-possuidores”.



A riqueza dos que convivem com a escassez se revelou pelas mais diversas formas de expressão do ser humano. A dança, a música, o teatro e o sorriso exteriorizaram a força daqueles que ainda não experimentaram viver sem privações. Cada um com seu ritmo, cada qual com sua beleza demonstraram que a cultura de massa não subjuga a arte forjada pelas dificuldades que o território impõe ao indivíduo. É o território historicamente ocupado pelas tribos que define a roupa, o tambor e a dança, os costumes e a religião.



A sociodiversidade, decorrente da distinta ocupação do planeta, anima a exuberância cultural da humanidade, tão bem exteriorizada pelas delegações que estiveram em Mumbai. É a arte como liturgia da reunião e ao mesmo tempo meio de expressar a vontade de cultivar bens infinitos como a solidariedade e a tolerância. Diferentes em tantos aspectos, mas amargando as mesmas discriminações, as mesmas violências e as mesmas insuficiências. Intolerância religiosa, preconceito contra minorias, ausência de políticas públicas afirmativas, guerra e desconsideração com o meio ambiente foram pautas comuns das várias comunidades que marcaram presença na Índia.

Na acepção simbólica do Fórum, a humanidade, representada pelos participantes do evento, disse que pode conviver no mesmo espaço planetário sem destruí-lo e sem promover o auto-extermínio, porque isso aconteceu em Nesco, um dos bairros mais pobres do mundo.

João Ricardo dos Santos Costa é Coordenador do Fórum Mundial de Juizes e Juiz de Direito no RS.

Um negro na Suprema Corte

Adauto Suannes

VOCÊ sofre um acidente e entra ferido no hospital. Um negro, vestido de branco, vem atendê-lo. Você confia nele? Ou manda chamar o médico de plantão? Ocorre que ele é o médico de plantão. Negro de branco, dentro de nossa cultura, é enfermeiro, podólogo ou pai de santo, positivamente.

Há que reconhecer, direis, no entanto, o surgimento de um fato novo no mundo da propaganda: o número crescente de negros e negras querendo convencer-nos a comprar este produto ou aquele serviço. São, realmente, pessoas bonitas, saudáveis, dentes brancos, sorriso encantador. Mas, como se diz na piada, “nós quem, cara pálida?”, retrucarão os negros e as negras não tão bonitos nem tão saudáveis, que constituem a maioria do patamar inferior de nossa pirâmide social. E que não têm acesso à maioria dos bens de consumo anunciados.

Tempo houve, de fato, em que os negros apareciam nas novelas de televisão apenas como porteiro de prédio, motorista, cozinheira, assaltante ou em atividades correlatas. Isto é, entrando no apartamento pela entrada de serviço. Quando alguém resolveu escalar um ator negro para desempenhar o papel de psiquiatra, os telespectadores se perguntaram qual seria a intenção do autor naquela provocativa inovação.

E fala-se hoje, de fato, na integração social do negro, a partir de cotas de reserva, seja em atividades profissionais, seja na procura do saber formal. Por trás disso tudo, porém, há um pressuposto que nem sempre é lembrado: quem deve ser considerado negro? Ou mulato? Ou mestiço? Ou curiboca? Ou mameluco? Ou caboclo? Dito de outro modo: quem no Brasil possui atestado de ser um ariano acima de qualquer dúvida? Por exemplo, numa escala de 1 a 10 de “caucaslanismo”, um Collin Powell, para pegarmos uma figura de nível internacional que se teria valido dessa reserva em seu país, chegaria a quanto?

E que dizer de um negro brasileiro que, com menos de 50 anos de idade, tenha sido nomeado Ministro da Suprema Corte de seu país?

Nascido em Minas Gerais, esse não-branco veio para São Paulo ainda muito moço, formando-se em Direito na célebre faculdade do Largo de São Francisco. Ali mesmo, foi aprovado para a cátedra de Filosofia do Direito, dada sua autoridade intelectual. E se destacou tanto por sua cultura que não só foi nomeado para o Supremo Tribunal Federal como foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, morrendo prematuramente

quando contava pouco mais de 60 anos de idade. Pois o Ministro Pedro Lessa jamais poderia ser classificado de branco, como, aliás, a maioria dos mineiros.

Pouco se sabe de algum pecadilho cometido por Pedro Lessa, desses que a imprensa costuma explorar para concluir que o candidato a um cargo tão elevado não é santo. Como se isso fosse condição para que um ser humano julgasse outros seres humanos. Mas seria interessante recordar a celebrada obra de ficção *Presumed Innocent*, de autoria do advogado Scott Turow, onde o julgamento de um promotor público, acusado de haver matado uma insinuante colega, está a cargo de um juiz negro. O réu, vivido no cinema pelo Harrison Ford, descobre que, no passado, aquele juiz se envolvera em um suborno, o que, ao ver do réu, tornava o magistrado sem condições de presidir o julgamento (como se só os negros tergiversassem). Seu advogado, um homem vivido e experimentado nas fraquezas humanas, interpretado no mesmo filme pelo falecido Raúl Julia, convence o cliente a não trazer à tona um fato tão antigo, pois o magistrado já havia mostrado, ao longo de uma carreira brilhante, que aquele pecadilho nada mais significava em sua biografia. E que o julgamento seria, com toda certeza, conduzido com imparcialidade por ele.

Isso tudo para não falar de um juiz real, que, mesmo sendo branco, chamava-se negro: Hugo Black. Nomeado para a Suprema Corte norte-americana, ao ser sabatinado pelo Senado admitiu que, na mocidade, havia pertencido à organização ultradireitista Ku-Klux-Klan, que se notabilizou por sua política arianista e pelos crimes cometidos contra os negros. Olha aí o pecadilho de um *black*. Sua nomeação, talvez até por seu passado, foi confirmada pelo Senado. Mas, para desencanto de muitos, ele se tornou um dos juizes mais liberais dentre todos os que passaram por aquela Corte. Foi a partir de um voto dele, por exemplo, que, com o passar do tempo, se veio a afirmar a necessidade da presença do advogado no processo, para que ele fosse considerado um processo justo. Presença que muitos *white judges* dispensavam. O que, para não fugir à regra, também deu um filme, *As Trombetas de Gedeão*, estrelado por Henry Fonda.

Adauto Suannes é Desembargador aposentado - SP

O JARARACA

(ou “Começos”)

Juracy Vilela de Sousa

HÁ sempre um começo. Na vida é assim. Nada já vem pronto, acabado. A não ser Ele. O que é pode ser vislumbrado ou medido no início, meio ou fim.

A sessentona AJURIS teve o seu começo (ou começos). Talvez ainda esteja começando, pois tem muito pela frente. Sua finitude é improvável. Ela existe. Talvez o mais simples e lógico seja assim concluir. E tocar a fala para frente. Falando de um começo. Um principiar esquecido, sumido da memória de uns tantos e desconhecido de grande parte daqueles que hoje integram nossa Associação. Há acontecimentos que nem passam à história. Como o que dá título a este ensaio.

Dia desses, um domingo, circulava eu em torno de um laguinho, em um sítio no Lami, quando tocou meu celular. Era o Desembargador Legendre, que eu não via e com quem não falava fazia tempo. A aposentadoria leva a isso. Dizia entusiasmado que me queria nesta edição do Caderno de Literatura. O tema poderia ser a Revolução Farroupilha, com foco na atuação da maçonaria ou dos maçons no movimento. Podia até atendê-lo. Ponderei que outras pessoas melhor poderiam fazê-lo. Lembrei-me de que o Desembargador Tupinambá Miguel Castro do Nascimento está lançando um livro sobre a Guerra dos Farrapos. Ainda me veio à lembrança o sucesso obtido por um dos mais emblemáticos tradicionalistas, Nico Fagundes, em palestra proferida no GORGS - Grande Oriente do Rio Grande do Sul, em sessão pública alusiva à Epopeia Farroupilha, versando exatamente a atuação dos maçons na peleja. Ambos maçons. “Escreve então qualquer coisa”, respondeu-me. Por essa razão, faço minha inauguração neste Caderno. Voltamos ao começo que nos interessa aqui.

Nossa associação hoje conta com um expressivo número de publicações. Tenho em mãos o Jornal da AJURIS n.º217. Composição, diagramação, impressão e conteúdo perfeitos. Dias antes, o Desembargador Sergio Pilla, com quem divido tempo e espaço na aposentadoria (somos colegas de escritório), deixou sobre minha mesa um pacote com a observação de que se tratava de duplicidade. Que surpresa agradável! Continha o pacote algumas edições do “O Jararaca”, que alguns identificavam como “O Juraraca”. Alguém se lembra dele?

Constava de seu expediente:

O JARARACA é órgão ocasional e inoficial da AJURIS, criado para divulgar, especialmente, o Departamento Social-Desportivo, e os atos e fatos dos colegas, dignos de divulgação, de maneira séria e descontraída. Preocupa-o, principalmente, valorizar o trabalho e as qualidades pessoais dos Magistrados gaúchos, assim como

promover uma convivência mais freqüente dos colegas, de modo a estreitar cada vez mais a amizade entre nós.

No início dos anos oitenta a AJURIS contava, para divulgar os atos administrativos, com o Boletim Informativo. E só. Publicação fria e sisuda. Como convinha. A bela Sede Campestre era desértica. Chamavam-na de “elefante branco”. Alguns poucos freqüentavam-na aos sábados ou domingos para jogar futebol-sete; outros, tênis. No intuito de estimular a freqüência, criou-se o jornalzinho da Ajuris. O nome foi sugerido pelo colega Luiz Antônio Corte Real, ao entendimento de que ele seria venenoso. Caracterizava-se pelo artesanal da sua confecção. A primeira edição, a ZERO, foi feita em mimeógrafo. A confecção ficava a cargo da secretária de juiz, hoje juíza da Capital, Dra. Elisabeth Tavaniello. Como “responsável”, para não prejudicar a carreira de tantos comprometidos, apresentava-se o saudoso colega Orlando de Assis Correa, à época já aposentado. Quando assumiu a responsabilidade, a partir do n.º 5, assim se pronunciou na “Conversa do Editor”:

O JARARACA chega, hoje, a sua edição n.º 6 (contando-se o n.º zero), apresentando aos colegas uma visão descontraída do nosso mundo forense. Continuamos dizendo que, “prestigiado, continuará”, e temos a certeza de que terá vida longa, tal o entusiasmo e o apoio dos colegas que o recebem e apreciam sua matéria.

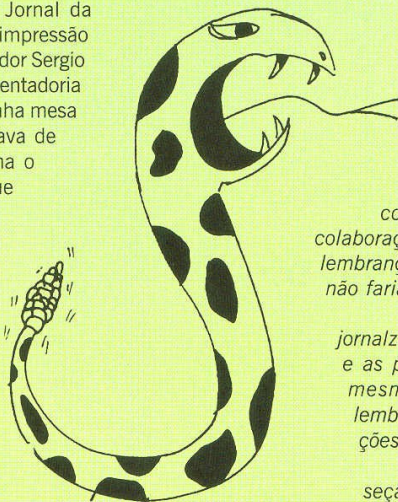
Tentamos continuar na mesma linha impressa (sem trocadilho) pelo colega Juracy, que nos convidou para coordenar sua publicação.

É claro que não podemos contar com o charme e a popularidade do JURA, mas iremos tentando, e pensamos em manter o JARARACA no mesmo rumo, e com o mesmo sucesso até hoje alcançado.

Agradecemos o apoio da direção da AJURIS, e de todos os colegas que continuam mandando sua colaboração, seus ‘causos’, suas notícias, suas lembranças, sua produção literária, sem os quais não faria o jornal.

Estamos procurando fazer um jornalzinho variado e ágil, que reflita os anseios e as preocupações de nossos colegas, e, ao mesmo tempo, apresente amenidades e lembre que o mundo não tem só preocupações e más notícias.

Iniciamos, neste número, junto à seção de correspondência, o recebimento de “críticas e sugestões”, mudando-se, assim, o nome da coluna; da mesma forma, começamos uma



série de entrevistas úteis.

É iniciada, também, um seção denominada "página literária", onde esperamos publicar, em cada número, a criação literária dos colegas e familiares nos gêneros conto, poesia, crônicas. Como amostra, vão duas poesias, uma do colega SEJALMO, e outras, de autoria de VELMA B. DIAS, viúva de nosso colega CÉSAR DIAS FILHO.

Escrevam, para criticar (no bom sentido, é claro), para sugerir, para prestigiar.

Esperamos que o JARA continue tendo o apoio que teve até aqui, e, acima de tudo, que reflita o pensamento de nossa classe, embora não oficial, e de forma descontraída, como iniciou, e como deverá seguir.

Ousado, atrevido, provocativo e irônico, o jornalzinho precedeu o atual Jornal da AJURIS. Foi um começo. Esta publicação (Caderno de Literatura) também pode ter tido inspiração na tal página literária, inaugurada pelo Orlando a partir do número cinco. Fez começar logo depois o Jornal da AMB, sob a presidência do Desembargador Milton dos Santos Martins. Até então a AMB só contava com o seu Boletim Informativo.

Apesar da advertência de ser de circulação restrita aos juízes, sua fama ultrapassou as fronteiras da associação. Foi descoberto e comentado na terceira página da Zero Hora. Nas "curtinhas", reclamou-se do perigo que constituía a travessia da rua Riachuelo, atrás do Palácio da Justiça, na esquina da Biblioteca Pública. Dizia-se que não adiantaria morrer atropelado um juiz. Para que houvesse providências, "a vítima" teria que ser desembargador. A reclamação deve ter chegado ao conhecimento da autoridade competente. Na mesma seção da edição nº 9 já se noticiava a instalação de um semáforo no local.

O estilo "jornalístico" do Jara não agradava a todos. Tornou-se polêmico no âmbito do Tribunal Pleno. Ao assumir a

Presidência da AJURIS, o Sergio Pilla deu força, estimulou a continuidade, não deixou que desaparecesse, o que provocou o seguinte registro no nº 6 (set-out 83):

O 'NÍVER' DO JARA

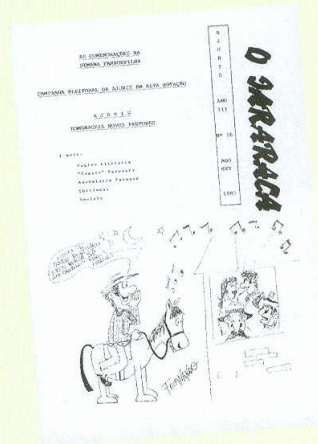
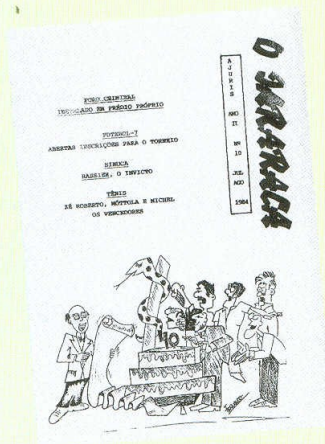
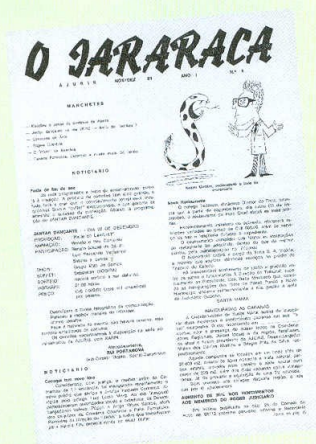
(Por Benevides Pereira, correspondente de 'O Jararaca' em Viamão)

Um ano está decorrendo
Do primeiro 'Jararaca'
Os fatos acontecendo
Dão matéria pra matraca.
Quiseram te derrubar
Pelo teu atrevimento
Mas conseguiste provar

Que humorismo é talento.
Muita gente tens 'picado'
Ó, 'valiente' Jararaca
Acabar com teu reinado
É esmurrar ponta de faca.
Os leitores te recebem
E te devoram com avidez
Como remédio te prescrevem
Pra acabar c'a timidez.
Tua missão é mostrar
Aos inúmeros leitores
Que ainda se pode passear
Num jardim com poucas flores.
Um cidadão me assegura
Com verdade muita clara
Foi o 'Jara' inventor do 'Jura'
(Ou 'Jura' inventor do 'Jara').

A última edição do Jararaca foi a número 17 (jan-mar), no ano de 1986, após quatro anos de existência.

Juracy Vilela de Sousa é Desembargador aposentado - RS. Grão-Mestre do GORGS, Maçonaria Unida do Rio Grande.



Guerras, sonhos, poesia

Milton dos Santos Martins

ORFEU e sua lira, viraram sonho?

Hermes Trismegisto, poesia do universo esclarecido!

Qual o mundo real?

Guerras e guerras...

Guerras de toda ordem, de sobrevivência, de dominação, guerras de extermínio, guerras santas...

De uma noite ou de cem anos, as que não iniciaram sequer e as que não têm fim...

É assim a Humanidade.

Não há realmente outra forma de convivência a não ser os momentos de poesia e os interregnos dos sonhos!

Poesia era o pórtico azul-violeta vitrificado da Babilônia com a bravura dos leões dourados em relevo... O sonho podia ser o Código de Hamurabi de controlar a usura, a severidade da justiça que também preserva o mais humilde...

Mas a guerra era necessária, Nubucodonosor arrasa Tiro, extermina o povo que ousava o comércio marítimo... E ainda assim os romanos depois ainda tiveram de destruir Cartago, ou os fenícios estariam aí dominando oceanos!

A poesia estava humanizada nos princípios da Democracia sublinhada por Péricles em sua oratória, como o sonho de Sócrates ou Platão...

Mas a guerra era imprescindível... E aí desfilam Dário, Aristides, Xerxes, Leônidas, Ciro, Felipe, Alexandre e ... Não importa quantos e se gregos, persas, troianos, cretenses, alguém tinha que dominar, no mínimo incensar-se...

Os sonhos poderiam ser a República, a Cidade de Deus, a Cidade Sol, a Utopia...

As guerras, porém, continuariam inafastáveis... Legiões de hunos, de Átila, hordas de mongóis, Gengis Khan, vândalos de toda ordem, antes e depois.

Mas, de quando em quando, a poesia voltaria a refulgir humanizada, como na Magna Carta, embalando os sonhos da dignidade humana!

E a religião espiritualizaria a poesia da meiguice, da bondade, de um Deus clemente e misericordioso...

Mas as guerras, sempre as guerras, deveriam necessariamente continuar, assim as cruzadas, Deus contra Deus, não importando o sonho dos templários, pois, como ousaram sonhar, deveriam também ser destruídos...

E a Santa Inquisição se tituló mais que justificada em queimar impiedosamente hereges nas fogueiras da ambição, guerrear como insuportáveis os maçons tolerantes, apropriar-se de seus bens...

Os pró-homens da declaração de Independência americana eram pura poesia!...

Não foi uma Revolução Francesa que pretendeu produzir Liberdade, Igualdade e Fraternidade?! E não produziu uma poética declaração de direitos do homem, ou seja, do ser humano?

Novamente a emocionante humanidade da poesia!

O Iluminismo era sonho?

E quem produziu Napoleão, não foi a necessidade de guerras e guerras para a Humanidade?

O déspota apenas realiza o pesadelo das guerras da Humanidade, embora acredite no seu poder pessoal, nas suas idéias, pois quando não têm mais a quem matar, Hitler e Stalin mandam matar os próprios companheiros...

O sonho da Liga das Nações cedo findou, e o da ONU existe?

Recitemos a poesia da Declaração Universal dos Direitos do Homem, ou seja, das Pessoas.

Recitemos sempre...

Pode ser que um dia até saibamos de *cor*, ou seja, de *coração*!

Há tanta poesia humanizada!

Acredito e me encanto com o sonho de liberdade vivido de Gandhi, que se vitorizou e sequer usou o açoite de Cristo. Com a

superioridade sublime da igualdade de Mandela, que realizou seu sonho e sequer se indenizou dos longos anos da vida prisional roubada. Com a coragem fraterna de Luther King, cujo sonho embelezou sobremodo o mundo e não recuou em dar a própria vida.

Mas as guerras continuam necessárias, parece são ínsitas à Humanidade. Vejam que realmente é necessário que a Irlanda se aniquile, e desapareça mesmo, porque os cristãos protestantes têm de acabar com os cristãos católicos e os cristãos católicos têm de acabar com os cristãos protestantes. Seria afronta a uns e outros conviverem com a heresia! É uma guerra mais que justificada, imprescindível.

Outra guerra necessariamente indispensável é entre Israel e Palestinos, pois Israel tem de acabar realmente com os palestinos porque não podem ter pátria. E os palestinos têm de acabar com Israel porque os judeus realmente não deveriam ter pátria. Como nas matanças e lutas internas e externas da África, não se trata apenas de interesses econômicos, ambição, ignorância ou fanatismos religiosos, isso são meras desculpas, pois a guerra é ínsita à humanidade...

A guerra é própria do homem, está na natureza do ser humano?

Tudo isso indiscutível e confirmado por séculos?

Eis, todavia, que os sonhos devem iluminar o mundo!

E a poesia humanizada despertar!

Começamos a compreender que talvez as guerras não sejam assim tão inerentes à Humanidade...

E existem por causa dos Executivos!

Isso mesmo, por causa dos Executivos!

Confiram, por favor, somente os Executivos fazem as guerras, por todas as razões possíveis, que sempre sobejamente se justificam.

Pois são donos do Poder, isoladamente ou no comando de grupos organizados.

E sabem por quê? Porque não tínhamos aprendido a viver e praticado o sonho de Montesquieu, a poesia humanizada do Espírito das Leis!

Isso mesmo, o que falta é um Legislativo que preceitue, um Judiciário que faça cumprir... O sonho de Montesquieu!

Magnífico!

Ou seja, se existe o Judiciário...

É evidente que o Judiciário, aplicando as leis de uma Nação ou de uma Comunidade Internacional, freia os Executivos, frustra os Executivos, incomoda os Executivos.

Ele, o Executivo, sem donos, passa a ser controlado, não pode fazer suas guerras, dominar e expandir por interesses subalternos, por suas falsas idéias, por fanatismos religiosos ou ideológicos.

Se o Mercosul tivesse concretizado o seu Judiciário, ele realmente existiria, não seria mero jogo e exibição de Executivos sul-americanos...

Se a ONU concretizar um Judiciário, não a mera Corte de Haia, ela, a ONU, passará a existir.

O problema agora, compreende-se, é que a existência do Judiciário incomoda o Executivo...

Ou seja, pode surgir aí um outro e novo perigo: a guerra do Executivo passa a ser a de acabar com o Judiciário.

Urge, portanto, manter-se o Judiciário na sua essencialidade, com prerrogativas e garantias, para que o Executivo permaneça nas próprias e verdadeiras funções legais e legítimas de grande promotor da paz, da harmonia, do bem-estar da coletividade, do progresso da Humanidade.

Os sonhos são as leis sublimes, que se manifestam pela beleza, compreensão e tolerância, mas só o Judiciário revela e realiza essa epopéia dos sonhos, a humanização da poesia.

A história que o livro não conta

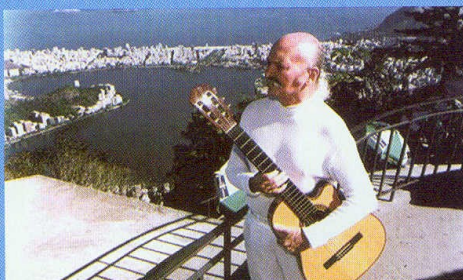
Billy Blanco

ERA uma vez um jovem de 18 anos, lindo, dotado de mais beleza que a necessária para ser feliz, que vivia fazendo vocais com os amigos, arranhando um violão. Frequentava a escola de capoeira do Sinhozinho, em Ipanema; era forte e exibido, como os da sua idade na época.

Quando cheguei ao Rio, transferido do Mackenzie de São Paulo para a faculdade de Arquitetura, fiquei sabendo que ele deveria estar na minha turma, no 4º ano. Ele entrou em 5º lugar entre 300 candidatos, numa época em que os exames vestibulares eram sobre toda a matéria, não havendo, ainda, o descalabro educacional da múltipla escolha. Quer dizer que esse jovem, preparado, bom desenhista, poderia ter sido meu colega; entretanto, fiquei sabendo que trancara matrícula ainda no meio do 1º ano e pediu ao padrasto - Dr. Celso Frota Pessoa -, bendito homem, que alugasse um piano para ele, porque no momento estava dando uma parada na régua T e nos esquadros, uma bendita opção. A arquitetura retomaria mais tarde através de Paulo, seu filho, que se formou arquiteto, foi meu estagiário quando estudante e posteriormente tornou-se peça importante no escritório do Oscar Niemayer antes mesmo de se formar. E aquele pai se realizou, como arquiteto, no filho tão bom quanto ele. Só que se fez músico também, passando a ser o braço direito do pai, porque fora chamado por Euterpe, namorada do pai.

Quis então conhecer aquele jovem de quem tanto falava a colega de turma Betina Kaizerman e me mandei para o Bar Posto 5 em Copacabana, onde fui encontrá-lo abraçado a um piano, cujo teclado naquele tempo já era pouco para ele. Apresentei-me como ex-quase colega e mostrei o que já tinha feito em música, ele gostou e ficamos amigos.

Fizemos várias canções em parceria, dentre elas "Acho que sim", "Tereza da praia", "Sinfonia do Rio de Janeiro", "Esperança perdida", entre outras menos votadas.



Billy Blanco.

Foto do site www.musicabrasileira.net/billyblanco.

Como eu não lia música, certa tarde esse amigo me convenceu que eu tinha obrigação de estudar. Então começou a me ensinar a teoria e o princípio básico da escrituração musical. Depois me mandou para as mãos competentes de Aida Gnattali, irmã de Radamés, de quem fiquei amigo.

Aos domingos, Tereza, sua amada e esposa naquela época, nos brindava com um cozido regado a som e muitos vocais. A essa altura, Vinícius de Moraes descobriu e conheceu o talento dele, convidando-o a musicar *o Orfeu da Conceição*. Estava dada a

partida para a maior parceria de todos os tempos da MPB.

Aproveitei para dar uma parada e fazer mesmo um pouco de Engenharia. Para isso veio do Pará para São Paulo.

Mas a recaída foi felizmente fatal. Fiz a sinfonia de São Paulo, a da Amazônia e mais umas quatrocentas e tantas músicas.

No meu entender, quem nasceu para Billy Blanco nunca chega a Tom Jobim, ou seja, um iluminado que se chamou Antonio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim.

Então, como dizia no princípio, era uma vez Tom Jobim.

Seu amigo, Billy Blanco.

Billy Blanco

Billy Blanco é um dos compositores mais importantes da MPB. Nasceu em Belém do Pará em 1924 e vive na cidade do Rio de Janeiro.

Populário Musical no Sul

(Primeira Metade do Século XX)

Irineu Mariani

TENDO como principal fonte de pesquisa os trinta volumes de *O Som no Sul*, magnífica obra de Henrique Mann, eis as principais personagens do populário musical sul-rio-grandense da primeira metade do século XX: Lupicínio Rodrigues, Pedro Raymundo, gaita, radiofonia e trova.

Lupi (1914 - 74) na linha urbana, chamada *música popular gaúcha*, e Raymundo (1906 - 73) na linha interiorana, chamada *música gauchesca*. À sua vez, a gaita está para a música no sul como o piano à erudita. Os exímios gaiteiros correspondem aos exímios pianistas. Para tanto, muito contribuíram os imigrantes alemães, que já a usavam na respectiva colônia por volta de 1851, e os italianos, que a popularizaram a partir de 1875, sendo fundamental a primeira fábrica no sul da América Latina, em Garibaldi, em 1906, dos italianos Luigi Zopas e Luigi Somenzi. É igualmente dessa época o surgimento da trova, canto com poesia rimada de teor satírico-jocoso, a fim de provocar risos na platéia, abordando os mais variados temas, entre dois repentistas que se contravêm como dois galos de rinha. Por isso, os lances mais agudos serem chamados de *puadas*, feitiço que se desenvolveu nas festas interioranas, principalmente em canchas de carreiras.

Na divulgação aparece a radiofonia, destacando-se a Gaúcha, pioneira, em 1927. Foi canal aos artistas, cantores, gaiteiros e trovadores. Em 1935, Lauro Rodrigues começou a apresentar *Campereadas*, destacando-se Pedro Raymundo, mesmo ano em que surgiu a Farroupilha, fazendo crescer o quadro de músicos contratados, e depois a Difusora. Também no interior, no final da década de 30, surgiram Rádios, como a de Santiago do Boqueirão, com *Coisas do Rio Grande*, apresentado por Túlio

Piva. O Rio Grande do Sul começou a ouvir a si próprio.

Lupicínio, porteiro da Faculdade de Direito da UFRGS, emprego que lhe foi conseguido pelo Des. André da Rocha em 1935, abriu o caminho ao sucesso a partir de 1938 com a gravação de *Se Acaso Você Chegasse*, por Ciro Monteiro. Em 1946, aparece o grupo vocal *Quitandinha Serenaders* num filme da Atlântida cantando *Felicidade*, uma das senhas para um grupo de estudantes do Colégio Júlio de Castilhos, em 1948, liderados por Barbosa Lessa e Paixão Côrtes, fundar o 35 CTG (Centro de Tradições Gaúchas), o primeiro dos mais de 3.700 existentes no mundo.

De permeio, cumpre registrar que as fases da história não têm data marcada para iniciar e terminar, mas datas marcantes que determinam o início de uma e o início do fim de outra. No caso, considera-se a fundação do 35 CTG, em 1948, início de nova fase do populário musical gaúcho.

Com tais sucessos, Lupi estabeleceanel inquebrantável entre as músicas urbanas do Rio Grande do Sul e do Brasil. Seguiram-se outros grandes sucessos. *Nervos de Aço* (1947) tocou tanto que chegou à saturação, a ponto de um jornal da Bahia publicar o seguinte classificado: *Precisa-se de doméstica. Proibido cantar Nervos de Aço*. Em seguida eclodiram *Esses Moços e Cadeira Vazia* (1948). À tragédia contada em *Vingança* (1952) são atribuídos alguns suicídios. Gravada em vários idiomas, inclusive japonês, fez sucesso internacional. Em 1953, compõe o Hino do Grêmio Futebol Porto-Alegrense (*Até a pé nós iremos...*), quando teve de ir ao estádio a pé por causa de uma greve no transporte coletivo. Em 1959, Jamelão grava *Ela Disse-me Assim*. A partir daí começa o declínio de Lupi face à

Pedro Raymundo

O mais gaúcho
dos gaúchos
não era gaúcho



onda avassaladora dos *Beatles*, no âmbito internacional, e da *Jovem Guarda*, no nacional, até o – digamos – ponto final, em 1971, com uma inscrição na Califórnia da Canção Nativa, de Uruguaiana, sem qualquer repercussão, ficando, porém, o eterno vigor de sua obra.

Pedro Raymundo, natural de Imaruí, Santa Catarina, com oito anos ganhou de seu pai uma gaita de oito baixos, e da gaita nunca mais se separou, mesmo após um acidente como ferreiro, deformando o polegar direito. Por motivo de aventura extraconjugal, o destino trouxe-o a Porto Alegre em 1929, indo trabalhar como condutor de bondes e, nas horas vagas, tocar gaita nos bares e cafés do Mercado Público, no jargão *passar o pires*. Aprendeu a tocar xotes, rancheiras e toadas. No interior, descobriu a indumentária gaúcha e adotou-a, passando a se apresentar de chapéu quebrado na testa, botas, esporas, bombachas e guaiaca. Foi o precursor do gauchismo e mais uma senha ao movimento tradicionalista de 1948 com o 35 CTG. Erigiu-se, assim, a sua imagem e definiu-se o seu estilo musical, na linha interiorana, recuperando canções antigas como *Boi Barroso* e *Prenda Minha*, tudo dentro de um modo alegre e desembaraçado de se apresentar. Era o *layout* para fins de *marketing* do produto chamado *Pedro Raymundo*. Em 1939, concebe e encomenda uma gaita especial à fábrica Todeschini, com as teclas em formato diferente para compensar a deformação no polegar, conhecida como *gaita xadrex*. A partir daí deslancha definitivamente compondo em profusão, numa obra que até 1958 soma 60 discos de 78 rpm, seguindo-se alguns LPs com reedições.

Com essas características, foi ao Rio de Janeiro em 1943, tambor do Brasil, onde começou a se apresentar nas Rádios, por exemplo, na Mairynk Veiga, o que lhe abriu espaço em revistas e jornais. A toada *Gaúcho Alegre* conferiu-lhe a alcunha de *Gaúcho Alegre do Rádio*. Convidado pela Continental, gravou *Adeus, Mariana*, estrondoso sucesso em todo o País. O impacto nacional do fenômeno Pedro Raymundo ao natural deu credibilidade aos artistas do sul, pavimentando caminho a outros gaúchos, como ao grupo vocal *Quitandinha Serenaders*, que fazia estilo urbano e que em 1946 estourou nas paradas com *Felicidade*, de Lupi.

Até o advento de Raymundo a música sul-rio-grandense era catalogada como *sertaneja*; a partir dele ganhou personalidade, passando a se chamar *gauchesca*, e também *nativista* por traduzir os sentimentos e *modus vivendi* do tipo humano do interior. À mesma época, estava na então capital federal Luiz Gonzaga de igual modo tentando carreira. Inspirou-se em Pedro Raymundo para fazer no Norte-Nordeste o que ele fazia no Sul, também usando gaita e cantando o tipo humano lá existente, com a indumentária do vaqueiro, de certo modo parecida com a *pilcha* do gaúcho, a começar pelo chapéu. O sucesso foi grandioso, ganhando a alcunha de *Rei do Baião*. Numa entrevista ao Ziraldo, do Pasquim, em 1971, disse: *Quando vi aquele Gaúcho Alegre tocando, improvisando, fazendo versos e prosa, eu disse 'Ah, meu Deus do céu, ele no sul e eu no norte. Vou imitar este senhor (...). Ele é gaúcho, eu vou ser cangaceiro'. Ele gostou de mim, fizemos uma boa camaradagem.*

Pedro Raymundo não apenas inscreveu, por meio da música e indumentária, o gauchismo no cenário nacional, mas também, inspirando Luiz Gonzaga, abriu espaço a toda a música regionalista brasileira.

O seu declínio começou em 1959, mesmo ano em que iniciou o de Lupi, quando a lesão no polegar direito arruinou-se por causa das horas a fio tocando gaita. Foi operado pelo Dr. Luthero Vargas, filho de Getúlio, ficando longe dos palcos por dois anos. Nesse interregno, em 1961 desponta Víctor Mateus



Foto: Antonio Pacheco/ZH

Teixeirinha

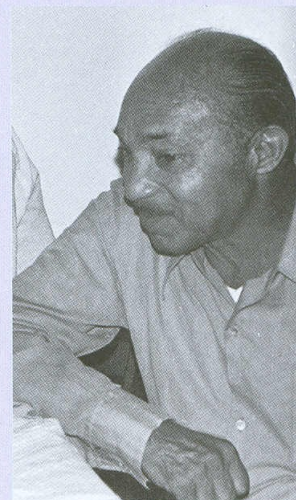


Foto: Shigeru Nagasawa/ZH

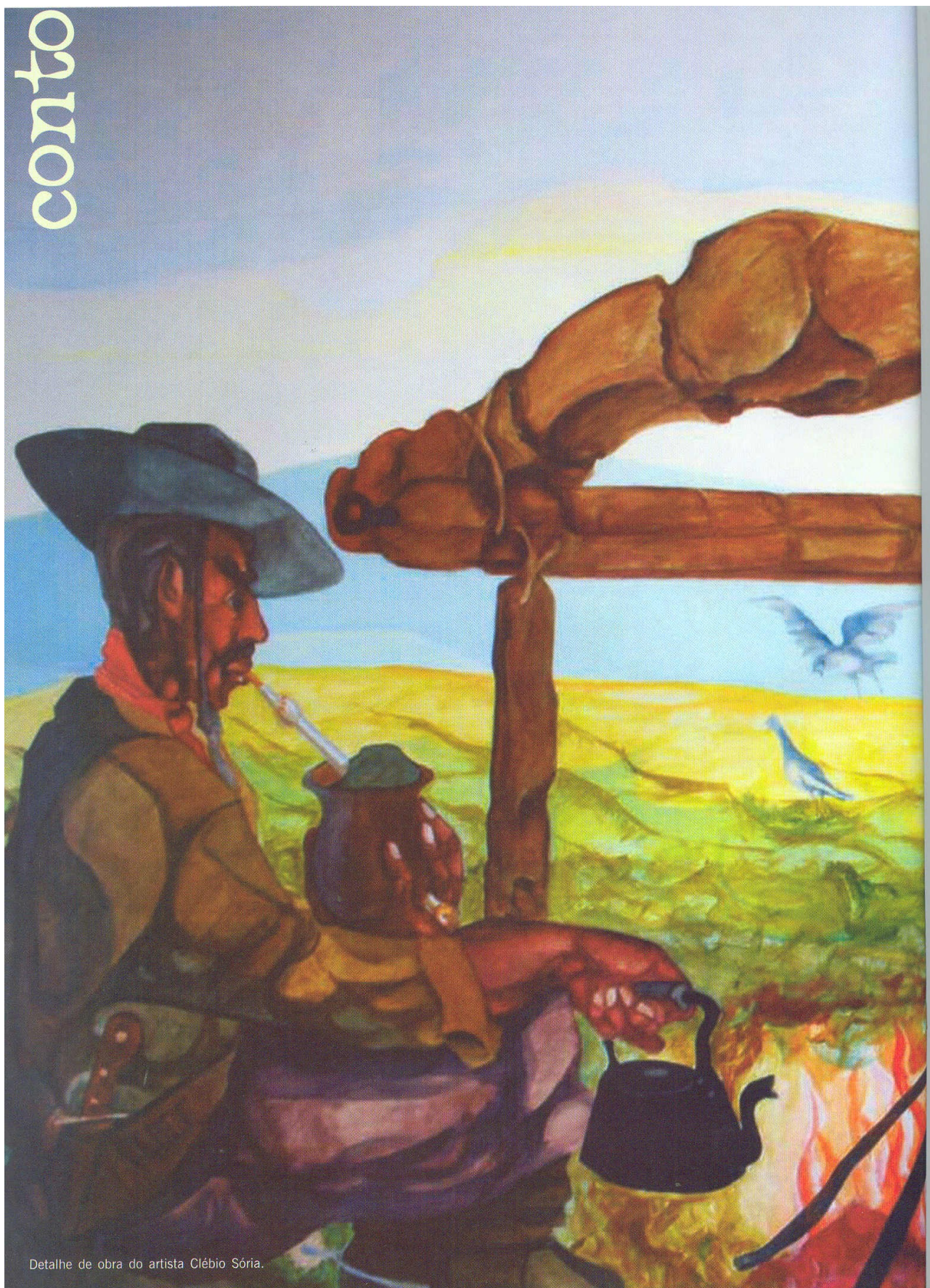
Lupicínio Rodrigues

Teixeira, o *Teixeirinha*, maior fenômeno já havido no Sul na área da música, num estilo interiorano misto, ou seja, abrangendo tanto os encontros e desencontros no amor, até então mais adequados à música urbana, quanto o modo de viver do homem do interior. Abafado por Teixeira, Pedro Raymundo não mais recuperou a preferência do público. Era preciso *sangue novo* para levar adiante a marca, o estilo de tocar, cantar e se comunicar de um jeito desembaraçado e divertido. Isso aconteceu em 1967, quando eclode José Mendes com *Pára, Pedro*, vendendo 600 mil cópias. Como o falecimento precoce em 1975, deixou um vazio que veio a ser preenchido pelo uruguaio-brasileiro Heber Artigas Armua Erós, o *Gaúcho da Fronteira*, sete discos de ouro, dois de platina, sucesso em vários Estados, com a marca da alegria e do humor em tom maior da *Escola Pedro Raymundo*.

Mas, se ficou a *escola*, como ficou a *pessoa* Pedro Raymundo? Em 1971, estava em *estado deplorável* – disse Teixeira. Morreu de câncer em 1973 no Hospital Lagoa, no Rio de Janeiro, deprimido, pobre e esquecido. A Câmara Municipal de Laguna, Santa Catarina, concedeu-lhe o título de *Cidadão Lagunense*, Estado em que há Centro de Tradições Gaúchas e Parque de Rodeios com seu nome. Também a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro concedeu-lhe o título de cidadão. E o Rio Grande do Sul? O que fez ao seu maior ícone no rompimento das fronteiras de sua música e indumentária? O que fez ao verdadeiro criador do gauchismo? Nada. Não há um centro cultural, um parque, uma praça, uma rua com o seu nome. Isso me lembra o ocorrido com Pontes de Miranda, escritor-jurista dos maiores do mundo, quando teve seu nome recusado pela Academia Brasileira de Letras. Disse alguém: *a Academia é pequena para ele*. No caso de Pedro Raymundo, tem-se dito: *Nós é que precisamos dele, não ele de nós*. Porém, não basta reconhecer a nossa pequenez; precisamos, sim, reconhecer a sua grandiosidade.

Irineu Mariani é Compositor, Maestro do Coral da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, ex-aluno do Curso de Composição e Regência do Instituto de Belas Artes da UFRGS, Desembargador do Tribunal de Justiça do RS, Professor de Direito Comercial na Escola Superior da Magistratura do RS.

conto



Detalhe de obra do artista Clébio Sória.

Os Generais Farroupilhas

Newton Fabrício

OS generais farroupilhas Bento Gonçalves e Antônio de Souza Netto chimirreiam, de madrugada, em um dos pagos da eternidade, enquanto cada um pita um palheiro, em volta do fogo, observando a manhã que surge no horizonte.

- Netto, foi pra isso que pegamos em armas contra um Império, proclamamos uma República e derramamos tanto sangue...? O sangue de tanto gaúcho? Foi pra isso, Netto? - pergunta Bento Gonçalves, riscando as "chilenas" no chão de terra...

- Pois é, Bento... Será que foi pra isso que morreu tanta gente inocente e buena...?

- E matamos até parente...

Netto percebeu que Bento recordava, triste, o famoso duelo com Onofre e, só pra mudar de assunto, disse, sem pensar:

- Sem falar nos castelhanos...

- Ora, Netto. Castelhana é castelhana. Castelhana não conta!

Netto não disse nada, mas ficou satisfeito de ver que Bento não pensava mais em Onofre.

Então, Netto acrescentou:

- O pior é pensar que, na nossa época, cada peleia era uma revolução. E cada um tinha que empunhar uma espada. Não tinha conversa. Hoje, os homens de toga (é assim que eles dizem?) só precisavam pegar na caneta - que é a arma deles - e nem isso fazem...

- Pois é... Isso que a Constituição garante que eles não vão perder o emprego por dizer uns desaforos pra quem fizer palestra em escritório de advogado...

- Que barbaridade...! Não defendem nem a Constituição que garante eles mesmos...

- Não defendem nem a Previdência da negra velha... Nem a dos piaizitos que botaram no mundo...

- Tem que capá tudo... E nós aqui coçando os bagos... Também... o que mais tem pra fazer nestes pagos da eternidade...?

Netto lança, então, um olhar contrariado pro pampa sem fim da eternidade...

Era um gaúcho que se fez homem gauderiando pelo mundo (que, pra ele, começava em Aceguá e terminava em Corrientes... Não que não conhecesse Geografia... Era até instruído, pra época. Mas o resto era como castelhano pra Bento: não contava... Só se afastava da fronteira se estivesse envolvido em alguma

revolução - e isso até não era raro...).

Bento olha pra Netto e pensa na honra que era ter lutado ao seu lado e ser seu amigo.

Netto sempre foi um idealista. Sempre foi fiel a si mesmo. Nunca pediu nada pra si. Nunca negociou os seus princípios. Proclamou uma República, mas continuou sendo o mesmo homem simples, até morrer, já em plena Guerra do Paraguai (o único entrevero, dos tantos em que entrara, em que agora, com tempo sem fim pra pensar no que fizera, reconhecia que estivera do lado errado...). Era o melhor cavaleiro do Rio Grande - e um dos seus melhores guerreiros. Mas ainda pensava que tinha feito pouco pela sua gente, pelos negros, pelos gaúchos pobres que pelearam a seu lado...

Quando Netto ficava assim, imaginando a imensidão do infinito, sempre terminava com um pensamento típico da sua filosofia gaudéria.

Bento ficou olhando e esperando o que Netto ia dizer.

Netto, enfim, depois de terminar de percorrer com o olhar as coxilhas no horizonte, deu um suspiro e disse:

- E não tem nem uns correntinos pra dá com o mango "nos cornos"... Mandamo tudo pro inferno...

Bento deu uma risada e depois, balançando a cabeça, respondeu:

- É verdade...é verdade...

Tomaram mais uns dois mates, em silêncio. Pensando.

O dia amanhece, aos poucos.

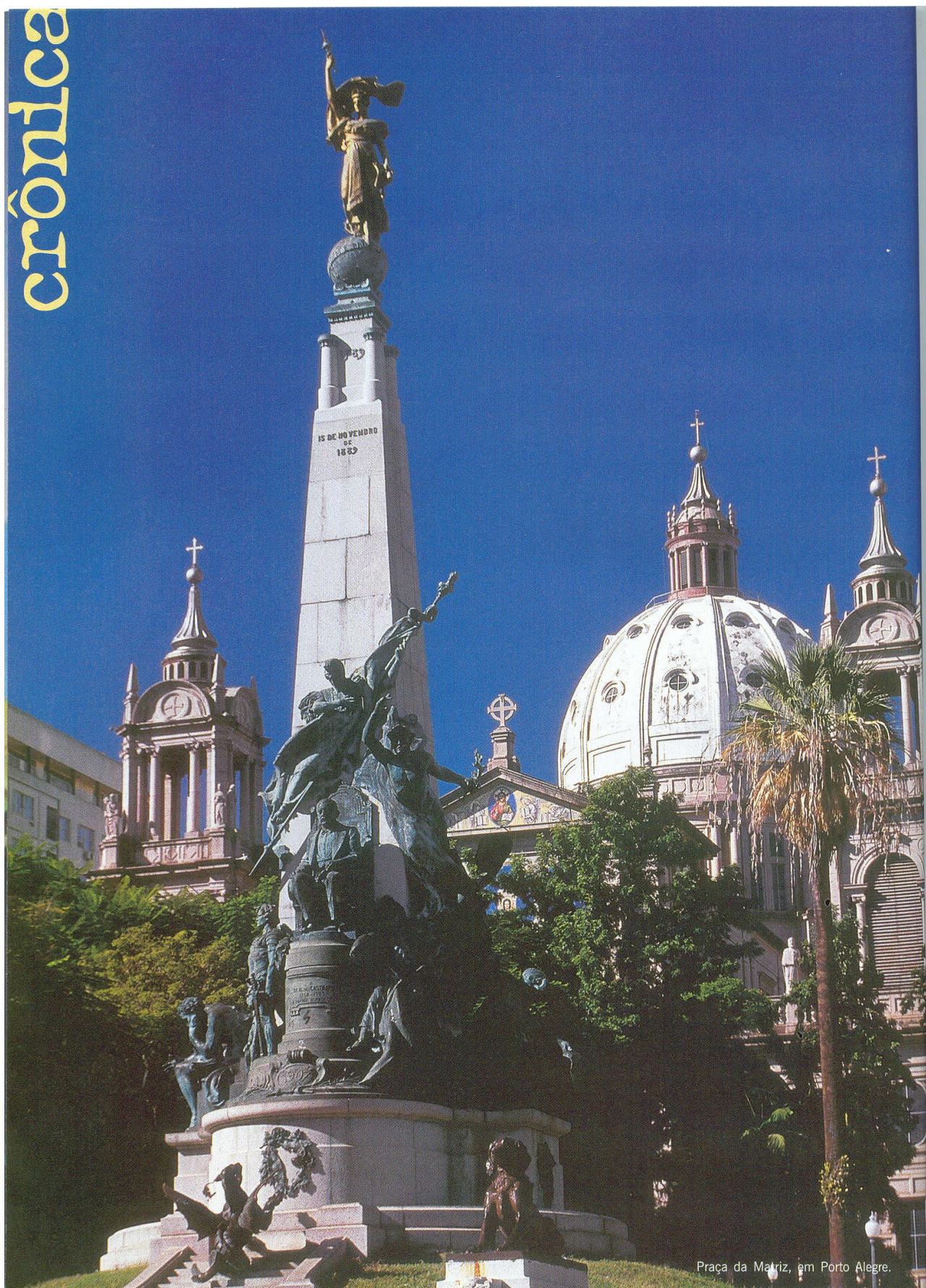
Bento se remexe no banco, dá uma pigarreada, uma cuspada no fogo, faz roncar a cuia, a estende pra Netto e diz:

- Dá vontade de encilhar o tobiano e ir conversar de perto com essa gente, perguntar se eles sabem o que estão fazendo com o Rio Grande...

- Bueno, se é por isso... O meu tordilho já tá encilhado, Comandante...

(Do livro *Peleando contra o Poder*, da Editora AGE).

Newton Fabrício é Juiz de Direito em Porto Alegre - RS.



Praça da Matriz, em Porto Alegre.

Um moinho de vento na Praça da Matriz

Sérgio da Costa Franco

A Praça da Matriz é rica em episódios históricos e marcou a vida da cidade em seus aspectos de política, de religiosidade, de sociabilidade e de cultura. Mas é curioso lembrar que, na infância da povoação, ela também foi sede de um moinho de trigo, associando-se assim aos primeiros passos da economia local, quando o plantio daquele cereal era atividade predileta dos colonos açorianos e dos primeiros povoadores de Porto Alegre.

A existência desse moinho, no século XVIII, quando do nascimento da vila, chega ao nosso conhecimento graças a uma arrastada questão judicial envolvendo o terreno da esquina da Rua Duque de Caxias com a Praça Marechal Deodoro (ou da Matriz), onde se acha hoje edificada a sede da Assembléia Legislativa, Palácio Farroupilha.

Essa disputada esquina, antes de hospedar o Palácio do Legislativo gaúcho, esteve ocupada pela casa e terreno do falecido Dr. Adroaldo Mesquita da Costa e pelo espaço do Auditório Araújo Viana; e, antes disso, abrigava o reservatório de água da Cia. Hidráulica Porto-Alegrense, a primeira empresa que forneceu água potável à capital gaúcha. A área já era litigiosa quando a Câmara Municipal, na angústia de resolver o problema crucial do abastecimento de água, concedeu licença à referida Companhia Hidráulica, em 20 de abril de 1865, para que ali construísse seu depósito.

Entretanto, a esquina já tinha dono, na pessoa de Ana Joaquina Chaves, viúva de Antônio Rodrigues Chaves Filho, o qual a tinha comprado a Florisbela Amália dos Passos e seu irmão Filipe José dos Passos, em 1847/48. Estes, por sua vez, haviam herdado o imóvel de sua mãe, Maria Manoela de Alencastro, filha de Antônio José de Alencastro. A área compreendia dois terrenos reunidos, um deles adquirido pelo dito Alencastro à Fazenda Real numa hasta pública de 1786, e o outro comprado ao Vigário José Inácio dos Santos Pereira, segundo o cronista Coruja conhecido como o “vigário velho”, um dos primeiros párocos da Matriz. Segundo consta da documentação, o terreno que pertencera à Fazenda Real dava sede a um moinho, certamente um moinho de vento, para aproveitar os fortes ventos que sopram na lombada da Rua da Igreja e da Praça da Matriz. Até 1786, pelo menos, em tempos do governador Sebastião Xavier Veiga Cabral da Câmara, ali girou suas pás um bucólico moinho.

O assunto está minuciosamente exposto no relatório da Cia. Hidráulica Porto-Alegrense relativo ao ano de 1876, inclusive com um parecer jurídico do advogado João Rodrigues Fagundes. A titular da propriedade litigara com o Município de Porto Alegre e fora vencedora da ação reivindicatória, cuja sentença transitou em julgado. Daí por que a Companhia resolveu-se por comprar a Ana Joaquina Chaves e aos descendentes de Antônio Rodrigues Chaves Filho o terreno que já vinha ocupando com seu reservatório de água, o que se consumou através de escritura pública de 25/09/1876. A procedência da ação reivindicatória do terreno fora dada por sentença de um jurista ilustre, o Dr. Salustiano Orlando de Araújo Costa, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Capital.

Sérgio da Costa Franco é escritor e historiador. Procurador de Justiça aposentado - RS.

O cofre

Afif Jorge Simões Neto

O meu pai tinha o costume de guardar em livros o escasso dinheiro que sobrava, depois de pagar as contas de fim de mês. Era troco, mas que dava para as despesas do dia-a-dia, numa casa em que nunca se teve muito, mas também não faltava o essencial, até porque a gente se contentava com pouco. Os “cofres” ficavam localizados em lugares estratégicos no escritório de advocacia contíguo à sala de estar.

Já principiado nos prazeres da vida, e por isso precisando cada vez mais do vil metal para realizá-los, tratei de desvendar o segredo das fortalezas, e o Afifão nunca mais teve sossego! Primeiramente, notei que as arcas eram todas de capa dura e cor avermelhada, o que não resolvia muita coisa, na medida em que as enormes e antigas coleções de livros jurídicos pendiam sempre para o encarnado. Mas já era um bom começo para quem tentava havia tempo decifrar sem sucesso o mistério da nascente do erário. Depois, me chamou a atenção o fato de que em alguns deles começava a quebrar a borda da parte de cima. Eureka, descobri, só podia ser isto: de tanto o tesouro ser retirado da estante, era natural que apresentasse algum desgaste físico que se tornasse visível a olho nu. Ligando uma coisa a outra, o *degas* aqui passou a ter acesso à fonte de receita do velho, e como nunca fui egoísta, e por questão de hierarquia, transmiti o achado para a Isabel, minha irmã mais velha, e até para a mãe, que, muito adúlona, levou queimando a descoberta aos ouvidos do dono dos haveres. Não é preciso dizer que o depósito foi embora do escritório, e eu perdi por completo o caminho da roça.

Pois não é que dia desses me apertei dos cobres e pedi dez reais emprestado ao Santhiago, meu guri, com nove anos. Ele concordou com o auxílio, mas com uma condição que não abria mão por nada deste mundo: que eu virasse de costas para a sua coleção do Mundo Juvenil, estrategicamente localizada embaixo da cama, porque não podia saber em qual deles dormia a moeda circulante. E aí me deu uma saudade do meu pai, uma vontade de beijar aquele rosto que vi envelhecer aos poucos e que foi tão meu, de me encolher no seu peito grisalho, como fazia quando ia dormir com ele em noite de chuva miúda lá no Lajeado Grande, que desisti do empréstimo e saí do quarto chorando. O Santhi veio atrás, preocupado, perguntando o que tinha acontecido, o que fizera de errado. Não é nada, filho! É que hoje eu fiquei sabendo sem querer que os cofres também são genéticos, eles têm uma alma tão linda que passa de avô pra neto e até coração, que a gente não vê, mas sente como uma cálida lembrança.



Igreja de Santo Alexander Nevsky.

Crônica de Sófia

José Augusto Lindgren Alves

O que mais aprecio em Sófia não são monumentos nem prédios, muitos dos quais são bonitos. Tampouco tenho predileção pelos parques, pontos de encontro, e bosques, quase florestas (como o “Jardim de Boris”, **Borissova Gradina**), densos, exuberantes, ainda que malcuidados. Enchem de verde o amarronzado pardo de toda a paisagem urbana, hoje também “enfeitada” por cartazes publicitários e anúncios de neon.

Adoro, sim, a montanha, a dominante **Vitosha** (que não é uma, são várias), a enquadrar pelo Sul o planalto interminável por onde se expande a cidade. Inseparável da vida do habitante de Sófia como o Corcovado no Rio, esse gigante maciço, além de belíssimo, indica, pela visão do cume, aberta ou coberta de nuvens, o tempo que vai fazer, com mais precisão que os serviços de meteorologia. Primeiro sinal visível das mudanças de estação, tudo nele vem antes e é muito acentuado: o colorido fantástico de cada árvore no outono; a alvura deslumbrante do inverno rigoroso ou o

cinzento feioso do frio triste, sem neve; o renascer alegre do verde-claro, novinho, na primavera florida, arrematado de branco nos seus picos ainda nevados; o verde-escuro mais fosco, depois queimado, do verão que, nestas plagas, também pode ser escaldante.

Não que eu seja bucólico, ecologista ferrenho, amante da Natureza intocada pelo homem. Muito pelo contrário. Por mais que eu também tenha preocupações de cunho ambientalista, pois entendo os perigos que enfrenta a própria vida na Terra, de campo não agüento mais do que três dias seguidos, com a certeza de conforto, banheiro e restaurante por perto, que à noite não sou de ferro. Mas o monte Vitosha eu vejo de qualquer ponto, até de meu escritório. E ele em geral me embevece.

Volto, assim, aos monumentos de Sófia, que, como disse, há bonitos.

De per si ou como centro do cenário cartão-postal mais famoso, incomparável é a igreja de Santo **Alexander Nevsky**,

catedral do Patriarcado, autônomo, da Bulgária. Ignorante, eu pensava ter sido ele somente notável figura histórica, o Príncipe de Novgorod consolidador das Rússias no século XIII, celebrado no cinema pelo gênio de Eisenstein (gênio que espero sobreviva nesta fase pós-Guerra Fria à “globalização” do planeta, como sobreviveu incólume ao passamento de Stalin). Não sabia que esse Alexandre, além de herói guerreiro, era igualmente santo da Igreja Ortodoxa russa e, creio, por extensão, da búlgara. Desse templo eu gosto muito, por sua leveza de renda bem trabalhada, a replicar as toalhas vendidas por artesãs na praça à sua volta. Construído em pedras brancas, com paredes em meias torres de telhado esverdeado, erigidas em estádios que se apóiam e vão subindo como os castelos de areia, a arquitetura, rebuscada mas quase etérea, culmina em duas cúpulas douradas de proporções diferentes, a maior cobrindo a nave, a outra, o estreito e alto campanário da fachada. Sem falar do interior, mais pesado, com riqueza de ornamentos como em todas as igrejas cristãs “do Oriente”, gosto também da cripta, museu de ícones. Só acho que, construída em pouco mais de vinte anos, para comemorar a independência dos búlgaros do longo domínio turco (resultado de guerra russo-otomana em 1876), e terminada em 1912, à catedral falta a pátina venerável de muitos séculos, tão comum por toda a Europa, para poder receber a notoriedade que merece.

Venerabilidade não falta em construção quase em frente, na parte direita da praça: a Igreja de Santa Sofia, de tijolinhos vermelhos, a batizar a cidade. Mais modesta e muitas vezes destruída, essa igreja dedicada à sabedoria sagrada, que também já foi mesquita com minarete do lado, ressurge sempre das chamas, terremotos e batalhas, sobre estruturas dos séculos IV a VI. Mas ela não é o sítio do templo mais antigo de um assentamento que consta, por escavações e mito, ter cerca de 7.000 anos.

• • •

Sófia, que foi Sérdica, da tribo “sérdi” dos trácios, e mais tarde possessão de Filipe da Macedônia, sob Roma, com Trajano, passou a ser *Municipium*, capital da Baixa Dácia, chamada por Constantino, que gostava de banhar-se em suas fontes balsâmicas, de “minha Roma”. Vêm do Império Romano pedaços da velha muralha, lápides e ruínas, mas sobretudo a rotunda bem latina, erigida, ao que parece, por ordens de Caracala. Seu conjunto ainda preserva, com as bases de outro edifício, o traçado e o calçamento de uma rua de então. Transformada pelos primeiros cristãos da área na Igreja de S. Jorge, “a Rotunda” está restaurada no formato original. Tendo sido, por três séculos, reconvertida em mesquita, na parte de dentro os muros e a cúpula ostentam fragmentos de pintura bizantina e afrescos iconográficos sob camadas de massa com os motivos florais do islã. Todo o conjunto romano, histórico e sacrossanto, tal como outros templos e mosteiros espalhados no país, foi guardado e protegido – neste caso até arquitetonicamente (já explico) – pelo regime comunista, ateísta impositivo.

Em torno o antigo regime construiu, em quadrilátero, com passagem de arcadas, um dos prédios mais imponentes da capital “proletária” (que só com os comunistas teve, reconheça-se, um bom projeto urbanístico): de um lado está a sede da Presidência da

República; do outro, voltado para a avenida de maior movimento, o Hotel Sheraton de Sófia. Esse edifício faz par com irmão gêmeo, do outro lado do “Largo” – uma praça bem mantida com jardins, onde agora tremulam bandeiras dos 26 integrantes da OTAN, contornada por artérias para o tráfego. O prédio gêmeo é, de um lado, sede do Conselho de Ministros e, do outro, do centro comercial **TZUM**. Fechando esse grande conjunto pela face oriental do “Largo” – a oposta não é fechada: abre-se para longas avenidas –, encontra-se o imóvel de pico mais elevado, de estilo stalinista, que foi sede do comitê central do PCB (B de “Bulgária”, por favor, não confundir!). O prédio do Partido extinto, cuja torre carregava no passado pesada estrela vermelha e agora desfralda em mastro a leve bandeira de pano da Bulgária democrática, talvez pelo que simbolizava há menos de quinze anos em matéria de opressão, está subaproveitado. Funciona como anexo do Parlamento, o qual tem sede singela a duas quadras distantes de suas costas. Mas há planos de mudar todo o Parlamento para esse colosso de pedra, com belas colunas frontais e interior de mármore.

Enquanto esses três prédios formam o complexo principal, a parte que mais aprecio de todo o centro, com razões menos estéticas, fica em área adjacente. Não chega a conter, de fato, harmonia paisagística, mas a perspectiva de quem se acha no **Boulevard Vitosha** permite apreender um fato mais valioso: a tolerância (atual) de um povo muito sofrido, a desmentir preconceitos sobre a “violência balcânica”. Refiro-me a perímetro adjacente àquele descrito acima, onde se pode ver, em quase total simetria, ao Sul a Igreja de **Sveta Nedelya**, ao Norte a mesquita de **Banya Bashi**, ambas a funcionar plenamente (10 % dos cidadãos da Bulgária são de etnia turca e religião muçulmana). Assim como funciona, mais adiante, a Oeste, a sinagoga, de 1910, de traçado avantajado (embora aliada da Alemanha na II Guerra Mundial, a Bulgária resistiu com galhardia às fortes pressões nazistas para deportar os judeus).

• • •

É claro que poderia escrever ainda muito sobre monumentos bonitos – como o Teatro Ivan Vazov, as pinturas já

A mesquita, tendo à frente o mercado coberto e, mais além, a cúpula da sinagoga de Sófia.





A Rotunda, Igreja de São Jorge, em quadrilátero de edifícios construídos após a II Guerra Mundial.



O Largo, com o edifício que era sede do Partido Comunista, hoje tendo à frente as bandeiras dos países da OTAN.

humanistas da pré-renascentista capela de **Boyana**, a pequena igreja russa de arquitetura inconfundível, a Galeria Nacional, o antigo Palácio Real e o mercado coberto, de 1909, bem reformado – ou, sobretudo, curiosos – a igrejainha intacta “desenterrada” na passagem subterrânea que dá acesso ao metrô, a mesquita sem minarete que é hoje museu de arqueologia ou os banhos turcos de antanho em longa restauração. Mas acho que já é hora de falar do que mais gosto ou do algo indefinido que me faz sentir-me em casa na capital da Bulgária.

O que mais gosto da Sófia pós-comunista é dos bares e cafés, sempre repletos, inclusive das biroskas encafuadas nos bairros. Esses estabelecimentos, dos mais variados portes, brotam e às vezes fecham como cogumelos nos bosques. Alguns são “americanos” de feitiço “pós-moderno”, com televisão ligada sempre em programas *fashion* com modelos provocantes. Outros são tradicionais, os “vienenses” com doces, os “irlandeses” com “Guinness” e boa música. Muitos se consideram italianos do Lácio, genoveses, napolitanos. Alguns chegam a ser tão minúsculos que só têm uma mesinha, ou não passam de quiosques que atendem na calçada quando o calor ajuda. Muitos têm garçonetes de minissaias curtíssimas, Afrodites do Mar Negro (como a cor natural de seus cabelos), não do Egeu, a atrapalhar deliciosamente, apenas porque existem, o raciocínio dos homens. Todos servem “Johnnie Walker”, “Jack Daniels”, vinho, cerveja ou *rakya* (aguardente local), e todos têm bom expresso. São eles que dão a Sófia um toque animado de vida até no mais frio inverno (estranhamente são poucos os bêbados cambaleantes). E esse borbulho alegre, incessante todo o ano, transborda, no verão quente, com muita carne desnuda, pelas praças e calçadas, dando à cidade cheia de construções com o reboco caído, casas abandonadas, restituídas a proprietários dos tempos pré-comunismo que não as podem manter, conjuntos habitacionais precários do regime anterior, um ar de Mediterrâneo sexy, sem mar ou rio por perto. É gostoso frequentar esses bares e cafés, ou somente passar por eles. É neles que tenho ouvido as histórias do Vassil, meu motorista-filósofo, que conheço há trinta anos. E me refaço da cansativa “vida social diplomática” a que me obriga a função.

Um pouco pelos cafés e muito pela acolhida dos búlgaros (que, curiosamente, por desconfiança atávica ou apenas por acaso, em geral não são risinhos numa primeira abordagem), encontro na velha Sófia, em seus bairros esburacados, lindamente arborizados, o tal algo indefinido que há muito já não via: pessoas

que não se afligem por jogar o tempo fora (como Weber explicitou, tempo só é dinheiro na ética protestante), que ainda se divertem com simples conversa fiada, que gostam de receber estranhos em sua casa (estranhos que, como eu, nem sequer falam a língua), que sentam, paqueram e namoram em qualquer banco de praça, ou simplesmente passeiam em ruas de pouco perigo (não conto os loucos ao volante). Perto de casa há um florista que me saúda com o brado de *Brasília!* (“Brasil” em búlgaro) sempre que passo por perto, um escultor que me cerca para ir com ele a seu botequim de adoção (nunca me tentou vender suas obras), um dentista engraçadíssimo que me parece biruta, a quem, destemido, confio minha destroçada boca. Há ainda os conhecidos que trazem como presente compotas de frutas estranhas ou vinhos e aguardentes feitos pela família, ministros com quem esbarro em bares na maior naturalidade e até uma deputada que, nos domingos de Páscoa, distribui, de casa em casa, na companhia da neta, cestas de ovos coloridos aos diplomatas latinos, só por ser, com justo orgulho, búlgara *hispano-hablante*. Isso sem falar de episódio ocorrido em 2002, durante a Copa do Mundo, num dia em que a seleção brasileira nem jogava, quando um doidão da terra, decerto torcedor fanático, compenetrado cantou, diante do “auriverde pendão” na frente da Residência da Embaixada, nosso hino nacional, sem letra, porém inteiro, até com a “laranja da China” da introdução muito longa.

Vê-se logo que o tal “algo” a que me referia antes é simples calor humano. Será destroçado, bem sei, pelo chamado “progresso” da selva individualista que o mundo “globalizado” nos obriga a idolatrar.

Em Sófia, por mais que às vezes eu próprio reclame (como aliás sempre faço em todo lugar onde vivo), ainda consigo encontrar, com minha idade madura quase passando a provecta, em latitude distante, de clima tão diferente, um pouco do astral perdido, um tanto provinciano, do lugar onde nasci, da Niterói sem ponte, ex-capital de um Estado do tamanho de metade da Bulgária, no Brasil de minha infância.

Sófia, 8 de julho de 2004.



Foto: arquivo da Embaixada do Brasil em Sófia.

José Augusto Lindgren Alves é Diplomata de carreira, atualmente Embaixador do Brasil em Sófia, Bulgária.

Quando cai a neve no Brasil

Paulo Ribeiro

Quando cai a neve no Brasil I

CONHECI a neve num domingo. Era como algodão, como os cabelos de nosso Tio Véio grisalho. O rostinho contra a vidraça, o sótão bem alto, avistava a neve, as trombetas, a melodia de tufões de vento. Impressionava. Tinha cinco anos e comemorava. Será que podia? Os fazendeiros de Bom Jesus diziam, “judiava” o pobre gado. Os capuchinhos diziam, coitados!, os da Vila Pinto.

Cozinheiro de tropeadas, nosso Tio Véio sabia: prolongando o vento pro Norte, entra agosto, faz estragos. E a Vila Porcínio Pinto sabendo da sua lição por tragédia; ela e o Estado inteiro. O Rio Grande estava isolado, ruiu rio Pelotas e pontilhões. Foram chuvas e chuvas fortes que antecederam o frio e a neve. E nossa neve é nevasca úmida, precedida de chuva e de vento. Neve barrenta, barro abaixo de zero.

Um tanto pela memória, e as fotos de um Adail Hugen, sei que aquela neve acumulou, fez estragos, derrubou chaminés, inutilizou com depósito d'água. E encheu o Dilúvio, o justo Dilúvio da Vila. O justo rio, judiou, ficou a Pinto em cheia crescente.

O Dilúvio cortava a Vila e trazia instalado o Canão da Hidráulica. E nosso Tio Véio, Otílio Córdova dos Ausentes, era sujeito a histórias medonhas. Apreciava o Dilúvio. O barro, o cano estreito, e as águas revoltas por baixo.

O Dilúvio! A igreja. Duas coisas que amedrontavam: atravessar o Canão da Hidráulica; encontrar o batina preta. Padre, cadavérico e estranho, o frei Egídio impressionava as crianças. Não só a elas; naqueles dias os padres a todos impressionavam.

Sempre impressionado o nosso Tio Véio. Porque ouvia notícias. Porque sempre ao pé do rádio. O ouvido pregado na altura do frigidaire, decerto sabia das pontes, as trombetas com notícias do Esso. Ouvir as trombetas, o Tio Véio de pé, era já saber fato importante. Não precisava repreensão. D. Zezé, nossa mãe de estima, apenas olhava, e já todo mundo quieto. Todos quietos! D. Zezé era de uma severidade polida. Daquele tempo, também isso já não se usa: educar com os olhos, com a cartilha não escrita dos olhos.

Quando cai a neve no Brasil II

O inferno é que tinha dado aquela baita neve em 65 e não havia como anunciar. Bom Jesus não tinha telefone. Linha por lá só a do ônibus da Régius, os contatos de frei Getúlio. Mandando “nota” pra Caldas Junior e com seu programa dominical. Apresentava o “Bom Jesus em destaque”, programa pra nunca

esquecer. O frei Getúlio na Esmeralda, falando de Vacaria!?

Era só o que havia e foi logo depois da ressaca da neve que o telefone chegou. Setembro entrou com Central Telefônica no Bonja, apenas uma, instalada na prefeitura. Completava-se a ligação e a linha era passada pra um feito de confessionário. A mesma cor, o mesmo verniz, a cabine ficava num corredor. Cada “telefonada” ecoava pelos corredores do poder. Não que houvesse censura, mas o que seria a privacidade? Você falando em negócio, você falando em doenças, você falando em saudades num “ambiente” assim! Decerto era ruim, puxa!, e logo se iniciou a campanha pra rede interna ser expandida. O fórum, a delegacia, o hospital na parte de cima da lista.

Também o ginásio a dar o seu nome. Precisavam do telefone. Frei Getúlio e frei Hermeto viajam seguido, naquele final de ano foram ao Rio. Buscavam alternativas para a Comunidade. Os jovens, os pobres, enfim, preocupados com o rebanho. No Rio, foram ver favelados, o trabalho feito com eles. Em São Paulo, foram à Cinerama, à Colmeia Educacional. Comunistas? Sobre tudo, frei Hermeto. Mas, e daí?!

Queriam ajudar. Eram uns probleminhas de nada, coisas de guri. Quando muito, “menores” em “guerra de espada”, nada comparado à droga que anda hoje em ação. E os padres preocupados, era Roberto e Erasmo sem parar: o me aqueça nesse inverno. Era o inferno!, uns “causadores de desordens públicas”. E o juiz, Donato João Sehnem, decidiu: baixava a portaria, criava com ela o Comissariado de Menor. Ninguém confirma, mas parece que nomeou o próprio frei Valdemar! Ou seria Abílio?, o Seu Abílio Madeira, protético por vocação...

Ninguém me ajuda, só lembram daquela nevada e dos sinos depois repicando. Sinos festivos, embora uma nota destoasse na programada noite feliz: frei Hermeto passou um Natal ruim. Era o fracasso da cevada, a colheita com os De Zorzi na parceria que se fez. Aquela neve do agosto continuava a entristecer. Ainda assim a igreja trocou de Kombi. Trocou pra um modelo 66.

(do livro *Quando cai a neve no Brasil*, Editora Artes e Ofícios, 2004)

Paulo Ribeiro é Doutor em Letras, Professor no Departamento de Comunicação da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e colaborador do jornal *Pioneiro*, de Caxias do Sul. É autor de *Vitrola dos Ausentes* e *Valsa dos Aparados*, entre outros.

A valsa das aleluias

Clarice Dall'Agnol Casado

PARECEM mosquitinhos. Mas não são. Não picam. Não zumbem. Mas voam desesperadamente junto à luz nos finais de tarde em dias quentes, e acabam por perder suas asas com uma rapidez fantástica. Aqui em São Paulo, as pessoas as chamam “aleluias”. Belo e sonoro nome para um inseto tão estranho.

Ontem, um dia após o dia da Pátria, um bando de aleluias resolveu vir valsar em minha sala de aula. E como valsaram. Me deixaram doida. Fechei as janelas desesperadamente, ignorando momentaneamente o calor que fazia, porque não sou exatamente o que se pode chamar uma “amiga dos insetos”, principalmente se forem alados (ou, neste caso, temporariamente alados).

Descobri, há algum tempo, que o tempo quente traz as aleluias desesperadas e agitadas para nossas casas e locais de trabalho, e elas entram sem piedade, sem pedir licença, sem a menor cerimônia, como se fossem velhas conhecidas. Aleluias gostam de tempo quente. E talvez de lua cheia, porque a lua de ontem, uma bela lua cheia, convidava qualquer pessoa (ou inseto) a qualquer coisa, com aquela beleza redonda e branca de lua, em noite de setembro, 28 graus. Aleluias e a lua. Cheia. Que bela combinação!

Decidi que ia ficar sentada no escuro, até as aleluias irem embora. Como não gostam de escuro, iriam desistir rapidinho de minha sala de aula. E, além disso, elas só entram durante um curto período que começa aí pelas seis e pouco da tarde, indo embora bem antes das sete da noite.

Luz apagada, comecei a escrever esta crônica, e a lua do meu lado. Às vezes esquecemos que há muito tempo essa era a única luz que iluminava a humanidade à noite. Não escrevi muito, porque em poucos minutos fui surpreendida pela entrada de outro “bando” de aleluias, igualmente afoitas, falando muito, sorrindo, valsando ao meu redor. Essas, ao contrário das outras, alegam-me, dão-me prazer, iluminam meu dia. São as quatro meninas que preenchem a minha vida e a minha sala de aula de língua inglesa todas as segundas e quartas-feiras à noite, durante uma hora e meia, há seis meses. Minhas alunas chegaram como sempre, trazendo toda aquela juventude transbordante, contando suas alegrias do final de semana, suas dores de amores, suas preocupações, tudo. Estavam agitadas ontem, senti a agitação delas e senti a minha. É a lua, penso, a lua cheia transtorna os ânimos. E o calor também. Transtorna a nós e as aleluias-insetos. E as aleluias-meninas, acaloradas, trazem para mim seus “tudos”. Os misturamos com nossa lição de inglês do dia, e o resultado é perfeito: saímos todas satisfeitas ao final, sentindo que, enfim, não é por acaso que nos encontramos um dia. A noite continuou quente. A lua continuou lá, meio enevoadada, já, mas firme, presente. As primeiras aleluias se foram, deixaram-me em paz. As segundas também, e deixaram-me paz, muita paz, como sempre. Setembro vai seguir seu curso, como todos os meses do ano. É quase primavera. Aleluia!

Clarice Dall'Agnol Casado é professora e escritora. Nascida no Rio Grande do Sul, vive atualmente em São Paulo.

O sorriso de minha mãe

Ilton Carlos Dellandréa

UMA das evidências mais claras de nosso processo de envelhecimento é a coleção de efemérides que vamos acumulando vida afora. A primeira – creio – é a do próprio aniversário.

Quanto mais velho, mais datas arquivadas: nascimentos de filhos a netos e bisnetos (estes para uns poucos privilegiados), mortes de avós, pais e parentes, acontecimentos marcantes, aniversários de irmãos, cunhados, sobrinhos, mortes extemporâneas de amigos, primeiro sutiã (geralmente para as moças, mas há exceções), posses em cargos, etc. Vão-se acumulando e às vezes passam de mero referencial a pontos de influência, negativos ou positivos, conforme a natureza.

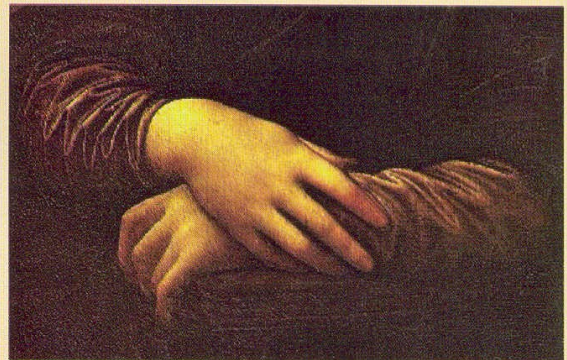
No dia 05 de dezembro de 1985, quando fui acometido a primeira vez por uma crise de arritmia cardíaca, eu me apavorei. Supus que ia morrer. Até pensei em fazer o meu testamento, mas lembrei que era juiz iniciante e não tinha nada ainda que pudesse ser transmitido aos meus herdeiros e desisti.

O tempo passou e fui resistindo, sofrendo periodicamente as visitas dessa coisa que considero minha amante indesejável, a fibrilação atrial. No começo, a cada crise, o mesmo sentimento de horror. Sentir o coração batendo forte, aos solavancos, desequilibrado, sem se poder identificar o ritmo para acompanhar a dança, com a impressão de que a qualquer momento poderá vir um breque definitivo, é algo assustador. Afinal, só temos um coração e se ele parar, lá se foi esta crônica, por exemplo.

Mas a gente se adapta ao desconforto. Quando descobri que não sou eterno e tomei consciência de que não adianta forçar os olhos abertos para se manter vivo, o medo da morte foi desaparecendo. Hoje a encaro com relativa naturalidade. Aliás, muito relativa. Ela virá um dia. É claro que não gostaria que fosse hoje. Nem amanhã. Pode demorar pelo menos uns trinta anos, desde que eu não fique gagá, jogado no fundo de uma cama, usando fraldões e incomodando meus filhos ou a esposa. Se com mais trinta eu ainda me sentir bem, peço um adicional.

Ainda não me preocupei em fazer meu testamento porque ainda não tenho muita coisa a transmitir aos meus filhos. Os CDs e os DVDs de música clássica vão para meu filho e os DVDs de filmes para minha filha. Desde que paguem as dívidas pendentes e zelem pela mãe deles, se intrometendo na vida dela apenas o absolutamente necessário.

Por que escrever sobre a morte, hoje, sábado? Efeméride!



La Gioconda (detalhe) - Leonardo da Vinci.

Faz 32 anos que minha mãe faleceu. Ela tinha 42 anos, apenas, e não conheceu netos. Só viu um filho casado – eu – porque casei cedo, com 19 anos (sim, convivo até hoje com a mesma mulher). Aliás, nosso casamento foi sugerido por ela logo que passamos no vestibular porque teríamos que sair de Taió para estudar em Florianópolis.

Não lembro mais dela com perfeição. Fotos, para isso, não valem. Guardo apenas a imagem de um sorriso triste e conformado. Sabedora de que estava gravemente enferma, proibiu os médicos de falarem a respeito aos familiares para que meu pai, que era cardíaco, não soubesse. *Ele não podia se incomodar.* Ela se sacrificou por ele.

Só depois fomos entender por que aquele sorriso era tão enigmaticamente espiritual e profundo. Nem Leonardo da Vinci seria capaz de retratá-lo.

(Crônica escrita no sábado, 23/10/2004, publicada no blog JUS SPERNIANDI - <http://dellandrea.zip.net>)

Ilton Carlos Dellandréa é Desembargador aposentado - RS.

Convite à Valsa

Jauro Duarte Gehlen

Corta a Parca o fio da vida,
Urdindo o seu próprio plano.
Dela e não tua é a medida,
Não tens acesso a esse arcano.

De nada adianta a cautela,
Se à Sorte estás algemado,
Que pode a chama da vela
Contra a fúria do tornado?

Aos fados deixa o futuro,
Não temas na vida ousar,
Dos limites rompe o muro,
Só o ousar já é ganhar.

É sábio quem com loucura
Faz à vida o desafio
De viver a aventura
De mantê-la por um fio.

Vence a morte quem a vida
Não hesita em arriscar:
À valsa a Morte convida
E leva a vida a dançar...

Templário

Dos males de que a sorte fez-me legatário,
Nenhum há que me importe ou cresça em inventário.
Se a dor me diz que aborte em mim o imaginário,
O sonho ainda é mais forte e vence o visionário.

Não sei de qual futuro sou destinatário,
Ao fado não censuro o dar-me duro páreo,
Sou cavaleiro impuro em busca de santuário,
Na luta me depuro e enfrento meu calvário.

Sereno busco ao norte o fim do itinerário,
Onde agendei com a sorte o meu fatal horário.
O amor é o passaporte ao passo libertário.

E assim que eu lá aporte, à vida refratário,
Sem nada que conforte em mim o solitário,
Hei de esposar a Morte, a amante do templário.

Gênesis

Em bulas, negras bíblias e escrituras,
Legaram à humanidade os ressentidos,
O logro de buscar-se nas alturas
O Éden que na Terra foi perdido!

Mentira! Aqui se encontra o Paraíso,
Oculto por profetas desvairados,
Que aos homens sonegaram o gozo e o riso,
Calando a voz do instinto com o pecado.

Na Terra está o Céu! Nem há Inferno!
O homem é a sacra Arca da Aliança
Co'a Vida, que é a medida do Eterno.

E o Éden é o Universo de esperança,
Que dança em cada útero materno,
Em torno ao terno Sol de uma criança!

Contracéu

O fruto proibido é sempre saboroso
ainda que amargo e mesmo venenoso.
Atrai-nos o pecado mais que a santidade,
provaram Adão e Eva à própria Deidade.
O medo do castigo é a negra sentinela
que em nós feroz excita a estranha compulsão
de percorrer na vida a estrada paralela,
que segue junto à luz levando à danação.
Convive com o desejo o risco arrogante,
que à morte trava o passo e a vida leva adiante.
Se entrega o homem ao gozo em plena rendição,
lançando o desafio à eterna expiação.
O abismo nos convida não por ser profundo,
mas sim porque conduz ao contracéu do mundo.

Jauro Duarte Gehlen é Desembargador aposentado - RS.

Caminhos de Portugal I

Entre o Tejo e a Estremadura

Ricardo Pippi Schmidt

Do outro lado do mar,
escuto a voz do passado,
estranho, tão longe do lar
e ao mesmo tempo ao seu lado.

O sol, aqui, é do contra,
o poente aponta no mar,
da areia, mais do que espumas,
brotam rochas ao luar.

Assim é o mar português,
lindo, azul esverdeado,
encostas de Nazaré,
Peniche e São Pedro ao lado.

Logo adiante, em Batalha,
vê-se a abadia gótica,
tem-se a visão do passado,
é quase ilusão de ótica.

Mais bela, porém, é a história
do amor de um Rei Português,
falo de Pedro Primeiro,
que se enamora de Inês.

Seus corpos em Alcobaça,
a descansar lado a lado,
cumprem no leito de morte,
enfim o amor desejado.

Volto a Lisboa e
este é, porém, outro tema,
requer uma nova história,
que conto em outro poema.

Ricardo Pippi Schmidt é Juiz de Direito no RS e Vice-Presidente Cultural da AJURIS. Em 1998, participou do Curso de Formação de Magistrados Portugueses junto ao Centro de Estudos Judiciais de Lisboa.

Cantata do amor sem pejo

Carlos Saldanha Legendre

Não falarás do corpo e seus mistérios
entre os lençóis do amanhecer premente.
Repousas muda, tanto mais silente
se a pele tange a flauta de minérios

sobre a carne sem culpa à luz do etéreo.
Dirás do gozo no sorriso assente
e do silvar de beijos entre os dentes
que romperam a polpa azul do aéreo

no auge do amor cantando nas retinas.
Todos êxtases fundos e retidos
foram ao fogo, ardendo na neblina.

Só ficarão ecoando os teus gemidos
na penumbra do quarto, entre as cortinas,
à doce música dos meus ouvidos.

Carlos Saldanha Legendre é Desembargador aposentado – RS. Autor de *Canto ao Mar de Piriápolis*, *Inventário do Canto* e *Elegia à Lesma* (no prelo).

Pomba de dezembro

a Helena Jobim
e Manoel Malaguti

Ando a cidade como andasse à beira-
-mar entre molhes de límosos prédios.
Como se navegasse além do tédio,
o trânsito me arrasta em sua esteira.

Ergo os olhos, avisto na fronteira
do dia o doce vôo, o leve assédio
de uma pequena pomba de olhos nédios
capaz de iluminar-me a vida inteira.

A cidade ao crepúsculo é um cais
que reverbera a dor e suas escamas.
No refluxo das ruas, escuto os *aís*

da tarde em coma, ó, gaivota urbana,
que vais tornando em busca dos beirais
azuis transfigurada em dúbia chama!

Testamento

a Naele Ochoa Piazzeta

A minha morte já não me pertence,
mas a outros que amei sem dizer nada.
(Fora, o granizo cai sobre a calçada
coberta de silêncio.) Nem se pense

que o rescaldo da morte então pertence
à luz que habita o monte, enclausurada.
- Ela é somente o vento sobre o nada!
Por mais que o círio sob o andor se adense,

que importa agora o sino, o som da ermida,
se a procissão dos dias perdeu seu norte?
Uns poucos bens eu deixo na partida:

fui em amor, e nada mais se aporte!
Pra não ser o gestor da própria morte,
eu a devolvo em cantos para a vida.

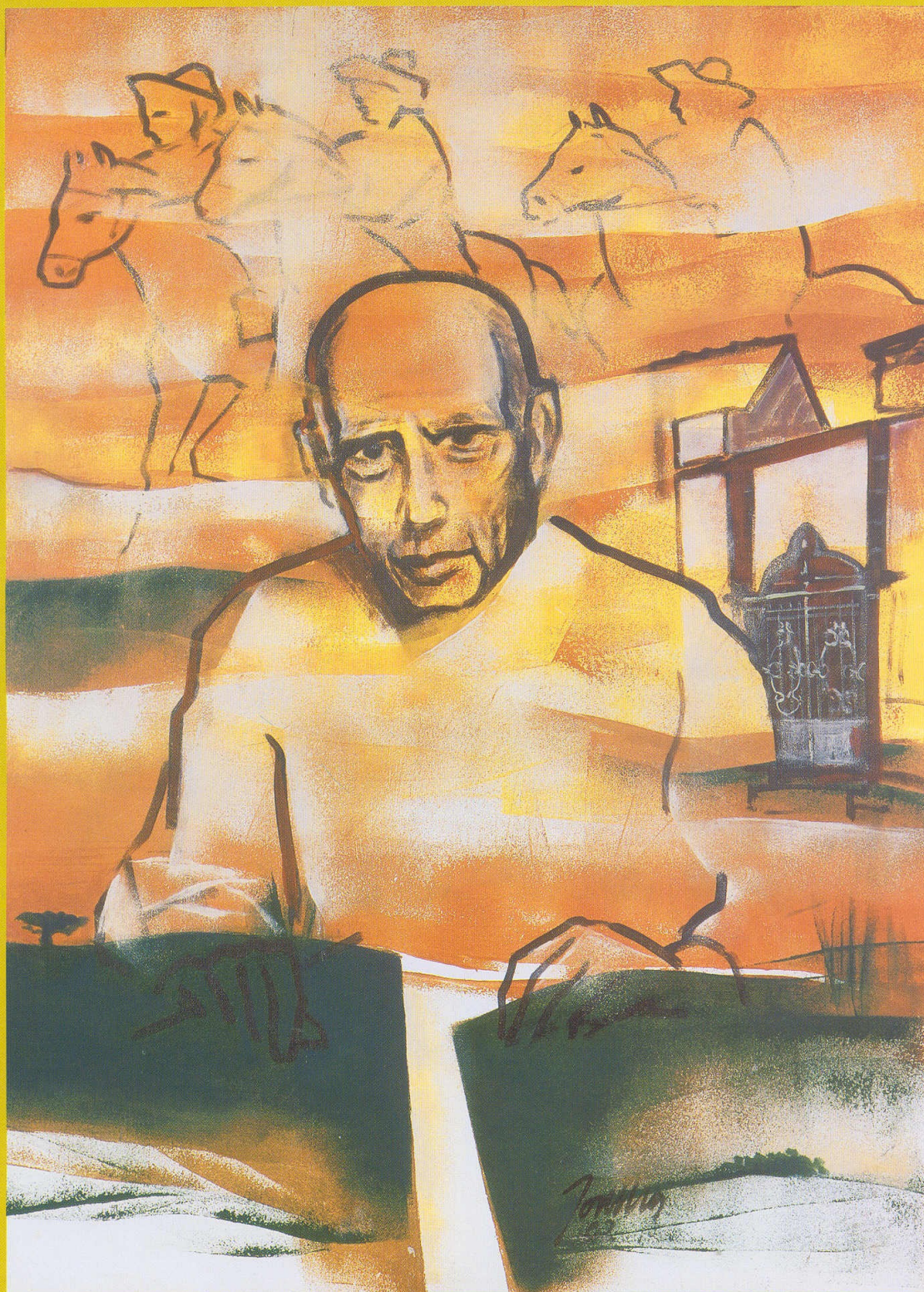


Foto: F. Zago - Studio Z

Erico Verissimo. Acrílico sobre madeira. Paulo Porcella, 2003. Acervo Centro Cultural CEEE Erico Verissimo. Homenagem do Caderno de Literatura ao grande escritor brasileiro Erico Verissimo no centenário de seu nascimento, em 17 de dezembro de 2005.